

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

CICERA ATHAYNARA DOS SANTOS SILVA

**AMPLIAÇÃO X RESTRIÇÃO DE DIREITOS NO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA – PMCMV. UMA ANÁLISE APLICADA AO CONJUNTO SÃO
SEBASTIÃO II EM JUAZEIRO DO NORTE- CE**

JUAZEIRO DO NORTE- CE
2019

CICERA ATHAYNARA DOS SANTOS SILVA

AMPLIAÇÃO X RESTRIÇÃO DE DIREITOS NO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA – PMCMV. UMA ANÁLISE APLICADA AO CONJUNTO SÃO
SEBASTIÃO II EM JUAZEIRO DO NORTE- CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Jamille de Lima Vieira.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2019

CICERA ATHAYNARA DOS SANTOS SILVA

AMPLIAÇÃO X RESTRIÇÃO DE DIREITOS NO PROGRAMA MINHA CASA
MINHA VIDA – PMCMV. UMA ANÁLISE APLICADA AO CONJUNTO SÃO
SEBASTIÃO II EM JUAZEIRO DO NORTE- CE

Trabalho de conclusão de curso
apresentado a Banca Examinadora, como
exigência para a obtenção de título de
Bacharel em Serviço Social, pelo Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a
orientação da Prof.^a Jamille de Lima Vieira.

Apresentada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Jamille de Lima Vieira
Orientadora

Prof.^a Esp. Jacsa Vieira de Caldas
1º Examinador

Prof.^a Ms. Sheyla Alves Dias
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE
2019

Dedico este trabalho a todos os que acreditaram que este sonho seria possível, aos que me apoiaram e que me incentivaram a nunca desistir, Dedico também aos que em meio a caminhada descreditaram deste sonho, hoje posso mostrar-los que as dificuldades servem também como impulso e que se tiveres Fé e força de vontade, os obstáculos podem ser ultrapassados, A minha família agradeço pelas contribuições, sei que fui muito além, quando eu pensei que não poderia mais ir. Dedico Em especial ao meu amado sobrinho/afilhado Pedro Francisco, saiba que minhas conquistas sempre tem o objetivo de ser o melhor pra você !

É melhor tentar, ao invés de sentar-se e nada fazer, É melhor falhar, mas não deixar a vida passar; eu prefiro na chuva caminhar, a em dias tristes em casa me esconder, prefiro ser feliz, embora louco, do que viver infeliz em são conformismo.

(Martin Luther King)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecer a Deus que nos permite viver cada segundo e que conduz todo percurso da vida da melhor forma possível, a ele que me possibilitou forças para trilhar a desafiadora importante e gratificante trajetória acadêmica, creio que em tudo tens os detalhes de Deus, e sei que ao meu lado ele sempre esteve.

Agradeço ao meu tio Ariomar por me incentivar sempre a buscar o caminho dos estudos, por sempre acompanhar minha vida escolar, ele que sempre me levava a escola, sempre colocou os melhores sonhos para mim sempre acreditando que eu tinha potencial para alcançar os vãos mais belos nessa vida, por todas as conversas/conselhos e por acreditar, (do seu jeito) mas acreditar que um dia eu estaria em uma universidade, realizando um sonho plantado em nossos corações, o sonho se tornou realidade e eu só tenho gratidão.

Agradecer as pessoa especiais que conheci durante os anos da faculdade, em especial aqueles que estiveram ao nosso lado dos primeiros momentos até a passos secundário as da realização deste sonho, as minhas amigas Maria de Fatima (Minha Maria) e Karoline Ferreira (Minha chatinha) a minha gratidão, ao lado de vocês foram vividos os melhores momentos da faculdade, compartilhamos risos, sorrisos, angustia, lagrimas, diversões, muitaaaas fotineas, desde o início da faculdade, enfim minhas melhores, minhas mosqueteiras estarão sempre nas melhores recordações.

Tudo que nós é permitido vem nos acrescentar nos ensinar, e todas as pessoas, todos os momentos, todas as vivencias nos marcam, contribuem para superarmos fases, avançar, (as vezes recuar) mas acima de tudo nos permiti entender que tudo tem seu tempo e que tudo tem um propósito, diante disto conviver nos permite conhecer pessoas que se tornam especiais, nos marcam , e nos remetem a boas recordações desta trajetória acadêmica e não poderia deixar de menciona-las, Bianca, quem me acolheu no quinto semestre e de lá pra cá se tornou aquela miga chata que eu gosto tanto e sempre quero ter por perto, Iris (Irislaynn) conheci já no finalzinho da graduação, mas e alguém que quero muito bem, Sheila (Sheylinha), a amiga que manda trilhões de áudios por dia, que foi minha duplinha em muitos trabalhos e que sempre me puxa a orelha porque estou sumida depois dos Estágios extra + TCC (srsrsr) você sabe o quanto és especial, Julyane, (Júh) aquela menina que conheço desde o 5º semestre, mas q só começamos a nos falar no 7º semestres kkkk, e que me aturou durante 1 ano do estágio extracurricular, juntas dividimos nossas tardes, algumas angustias, sonhos, expectativas e em meio a muito aprendizado, sempre tivemos conversas boas, edificantes e cheias de muito riso

(rsrsr) a menina mais organizada que eu conheço e ela quis me ensinar isso também (pena que não aprendi muito sobre organização (rsrs)) foi muito gratificante todos os momentos com você.

Foram muitos aprendizados e entre os mais relevantes menciono o estágio supervisionado no NASS, um momento enriquecedor e crucial para minha formação profissional. Aos professores que se tornaram amigos e tenho pra mim como referências profissionais, a Jamille minha adorável preceptora de estágio e Jacsa no qual pude ter como professora e também supervisora no estágio, São duas profissionais únicas e cheias de conhecimento que não se limitaram a nos ensinar na prática todo o conhecimento possível, a vocês minha admiração e gratidão.

Gratidão pelas oportunidades que me foram concedidas, em especial cito aqui o estágio extracurricular no projeto de desenvolvimento socioterritorial no Conjunto Minha Casa Minha vida São Sebastião II em Juazeiro do Norte, no qual pude experienciar durante um ano, o trabalho relacionado a área habitacional, foi um grande desafio, mas que me transformou, tanto na minha formação pessoal, e principalmente na área profissional, pude viver experiências únicas que me acrescentou e contribuirá significativamente na construção da futura profissional que está formando “Nascendo” surgindo, foram gratificante todas as oportunidades que foram agregadas, a visão da dimensão profissional e o contato com os mais diferentes espaços e equipamentos, considero este um divisor de águas, um importante marco na minha trajetória acadêmica, agradeço aos assistentes sociais, a equipe do SENAI Juazeiro do Norte aos colegas de estágio, e as demais pessoas que estiveram juntos neste ano de crescimento e experiências.

Gratidão em especial aos que me apoiaram e me deram colo em meio as minhas angústias e as dificuldades surgidas no percurso acadêmico, não poderia deixar de cita-los quero que saibam que foi extremamente importante saber que poderia contar com vocês, pessoas especiais que em algum momento nestes quatro anos de faculdade me escutaram, me fortaleceram com seus conselho e palavras, incentivaram e motivaram a buscar os meus sonhos e a nunca desistir, As palavras que eu mais necessitava ouvir era Confiança e pra mim foi crucial saber que vocês confiaram em meus sonhos e que torciam positivamente para que tudo desse certo e demonstrando que eu conseguiria sim chegar até a realização deste sonho. Aos meus amigos Michele Caetano, Clara Fernandes (Clarinha) e Victor Silva, minha prima Jaqueline (kelly), minha Querida Madrinha Ana Roberta, minha comadre Wanessa Alves que sempre tiveram palavras eficazes a me estimular alegrando e vibrando com as minhas conquistas. Aos que acreditaram em meu sonho quero que saibam que

vocês fizeram a diferença e contribuíram para florescer esperança e força dentro de mim. A VOCÊS MINHA ETERNA GRATIDÃO !!!

Como sempre escrevi em minhas provas e trabalhos, um marca que me define e que me acompanha em tudo o que me é proporcionado #Deusnocomandosempre, e com força, foco e muita fé, peço que Ele me ilumine nos novos desafios que virão.

RESUMO

A presente pesquisa refere-se a busca por compreender a dinâmica social das famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida em uma análise aplicada ao conjunto São Sebastião II em Juazeiro do Norte, onde o foco principal objetiva realizar estudo sobre a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários PMCMV após o recebimento das unidades habitacionais e bem como uma breve análise acerca da efetivação ou restrição de direitos sociais após a inserção no programa habitacional. O pesquisa compõe sobre análises das realidade social referenciada por autores que abordam a temática habitacional desde o contexto de urbanização do país, as protoforma de políticas habitacionais a transversalizada dos programas de financiamento de moradias populares, o PMCMV e a análise referente aos impactos e benefícios, ampliação ou restrição dos direitos da população beneficiaria do PMCMV São Sebastião II. É notório a relevância desta pesquisa em identificar a eficácia do Programa em confronto com a efetivação dos direitos sociais de sua população beneficiaria. O trabalho está dividido em três capítulos: O primeiro traz a moradia como direito fundamental ; o segundo realiza uma abordagem sobre PMCMV discorrendo sobre o trabalho técnico social na política habitacional A metodologia adotada é pautada em uma pesquisa bibliográfica e de campo, do tipo quali quantitativa tendo como universo as 448 famílias beneficiárias do PMCMV do conjunto São Sebastião II do município de Juazeiro do Norte-CE, no bairro brejo Seco das quais apenas uma amostra de 5% que equivale a 20 famílias foram abordadas, tendo como instrumental de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Conclui-se o trabalho traz uma importante contribuição para o curso de Serviço Social, pois contribuirá para desvelar as inúmeras facetas sobre a qualidade de vida, os impactos e as visões dos beneficiários do PMCMV sobre o conjunto habitacional e o seu Novo território.

Palavras-chaves: Programa Minha Casa Minha Vida; Beneficiários; Qualidade de vida, Direitos sociais.

ABSTRACT

The present research refers to the search for understanding the social dynamics of the families benefited by the My Home My Life Program in an analysis applied to the São Sebastião II complex in Juazeiro do Norte, where the main focus is to carry out a study on the improvement of the quality of life of PMCMV beneficiaries upon receipt of housing units and a brief analysis of the effectiveness or restriction of social rights after inclusion in the housing program. The research consists of analyzes of social reality referenced by authors that approach the housing issue from the context of urbanization of the country, the protoform of housing policies and the mainstreaming of housing finance programs, the PMCMV and the analysis of impacts and benefits, expansion or restriction of the rights of the beneficiary population of the São Sebastião II PMCMV. The relevance of this research in identifying the efficacy of the Program in comparison with the effectiveness of the social rights of its beneficiary population is noteworthy. The work is divided into three chapters: The first brings housing as a fundamental right; the second one makes an approach on PMCMV discussing the social technical work in the housing policy. The adopted methodology is based on a bibliographical and field research of quantitative qualitative type having as a universe the 448 beneficiary families of the PMCMV of the São Sebastião II complex of the municipality of Juazeiro do Norte-CE, in the Seco brejo neighborhood of which only a sample of 5% that equals 20 families were approached, having as instrument of data collection the semi-structured interview. The conclusion is that the work makes an important contribution to the Social Work course, as it will contribute to unveil the many facets about the quality of life, the impacts and the visions of the PMCMV beneficiaries on the housing complex and its New territory.

Keywords: My Home My Life Program; Beneficiaries; Quality of life, Social rights

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
COHABS	Companhias Estaduais de Habitação
COOTS	Caderno de Orientações Técnicas Social
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	Fundação Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IAP'S	Instituto de Caixas Aposentadorias e Pensões
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
MC	Ministério das Cidades
MCMV-E	Minha Casa Minha Vida Entidades
INOCOOPS	Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais
PDST	Projeto de Desenvolvimento Socioterritorial
PNH	Política Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PTS	Projeto Técnico Social
SHF	Sistema Financeiro de Habitação
SUDEC	Subprograma de Desenvolvimento Comunitário
TAC	Taxa de arrecadação condominial
TC	Tenente Coelho.
TTS	Trabalho Técnico Social.

-

LISTA DE GRAFICOS

GRAFICO 01	54
------------------	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01.....	50
IMAGEM 02.....	51
IMAGEM 03.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPITULO I: MORADIA COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL.....	17
1.1 Primórdios da Política habitacional Brasileira	17
1.2 Moradias como Direito Constitucional	26
CAPITULO II: TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO	32
2.1 Parâmetros de atuação da política habitacional:	31
2.2 O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV	35
2.3. Desígnio do trabalho social na Política Habitacional.....	39
CAPITULO III: INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS.....	48
3.1 Veredas Metodológicas.....	47
3.2. Habitação, o lúdico e o crítico, a dicotomia entre o sonho e a realidade, o direito assegurado daqueles que não os tem!	49
3.3 moradia. O concreto e o abstrato se estendem muito além do teto.....	53
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS.....	72

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como título Ampliação X Restrição de direitos no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Uma Análise aplicada ao conjunto São Sebastião II em Juazeiro do Norte- CE, busca compreender sobre a perspectiva de efetivação dos direitos sociais e sobre a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários após recebimento das unidades habitacionais.

O estudo traz questionamentos que analisa de forma crítica e reflexiva sobre os impactos da política habitacional na efetivação de políticas públicas e direitos sociais, analisa as condições básicas e disponibilidade de recursos e equipamentos diante do contexto em que estes beneficiários são inseridos refletindo acerca das possíveis fragilidades em relação a efetivação de direitos e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do PMCMV. O trabalho perpassa por discussões e posicionamentos críticos alinhado ao pensamento de autores que discutem sobre a temática abordada e contribuem para pontuando os principais aspectos relativos a moradia como direito constitucional, adentrando ao contexto do PMCMV os conjuntos habitacionais e seus beneficiários.

O trabalho estrutura-se em 3 capítulos nos quais aborda e discute a política habitacional. No primeiro capítulo é abordado acerca dos primórdios da política habitacional, na qual tem suas raízes interligadas ao processo de industrialização Brasileira e a intensificação da urbanização das cidades, o que ocasiona o acirramento das expressões da questão social, denotadas principalmente pelo déficit de moradias e pela formação de zonas de moradias informais, a exemplos dos cortiços e favelas. Neste capítulo é evidenciado as primeiras protoforma de política habitacional voltadas para a classe trabalhadora e pontuado as questões pertinentes as soluções dados pelo estado em detrimento a população pauperizada diante das expressivas questões habitacionais da época. No 1.2 se norteará sob a ótica da moradia como direito constitucional, norteadada pela constituição de 1988 que trará novas considerações para a questão da moradia.

O segundo capítulo será dividido em três pontos no quais o 2.1 trará considerações acerca de eixos relevantes que contemplam os parâmetros de atuação da política habitacional, o 2.2 vem pontuar sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, em seus aspectos mais gerais, afinando a discussão da temática caracterizando os empreendimentos do referido programa habitacional existentes no município de

Juazeiro do Norte. O 3.3 vem fazer considerações acerca do trabalho social na política de habitação, explanando desde a definição das fases de implementação e execução dos trabalhos técnicos sociais, fazendo analogia as experiências vivenciadas em torno do estágio extracurricular no desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST), contribuindo para que pudesse diante deste subcapítulo construir um alinhamento entre o trabalho social versado entre a teoria e a prática

O terceiro capítulo traz as veredas metodológicas nas quais foi estruturado toda a metodologia das pesquisas científicas, no 3.2 e realizado uma análise da política habitacional de forma lúdica, através de fragmentos, charges e rimas, contrapondo assim de uma forma mais espontânea a principal dicotomia de significados encontrada na política habitacional, O SONHO E A REALIDADE, partindo das considerações e buscando compor um paralelo entre simbologias e significâncias, o social e o econômico, o concreto e o abstrato, o real e o emocional. O ponto 3.3 é realizado a análises e interpretação dos dados, compondo a fase crucial onde é colocado a realidade dos fatos, analisando e compreendendo os dados coletados.

A inquietação para discutir o tema surgiu a partir das experiências vivenciadas em torno do estágio extracurricular no desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST, no conjunto São Sebastião II, em Juazeiro do Norte, onde pude perceber diversas inquietações da população beneficiária em relação ao novo território, onde estavam habitando. Tal experiência proporcionou inquietação em desvelar se diante dos programas habitacionais e sobretudo o Programa Minha Casa Minha Vida, há Ampliação ou restrição de direitos e se este subsidia real melhoria da qualidade de vida dos sujeitos inseridos diante do programa habitacional.

A pesquisa tem significativa relevância, pois busca compreender a Política habitacional, não somente sobre os posicionamentos respectivos as leis e seus direcionamentos, mas busca ampliar, ponderar visões acerca das vivências da população beneficiária, pontuando pontos positivos e negativos e compreendendo as questões habitacionais e sua transversalidade em relação a efetivação dos direitos sociais, sobretudo a moradia de forma digna.

CAPITULO I: MORADIA COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

1.1 Primórdios da Política habitacional Brasileira.

Desde os primeiros registros do homem na terra a necessidade de habitar, tornou-se uma prioridade básica, quando o homem passou a constituir as comunidades primitivas, houve uma necessidade instintiva que o colocou em busca de um local para abrigar-se contra os perigos noturnos e as intempéries do tempo, o local constituía uma estrutura coletiva que os protegiam e além disto permitia a interação com as demais pessoas, a segurança contra o perigo desconhecido, e tornava-se um ambiente de pertença revelando suas trajetórias, vivências e estórias

A estas primeiras estruturas para habitar chamamos de caverna. Nas cavernas o povo primitivo retratavam suas vivências cotidianas através das pinturas rupestres, podendo ser vistas e/ou interpretadas como sua identidade no local onde constituem moradia, mesmo que sendo uma ação naquele período histórico “inconsciente” a relação de pertença com o abrigo, moradia, casa, lugar, pode ser notado desde as primeiras formas de habitar.

Habitar vai muito além de ter um lugar, um refúgio, um teto e seu conceito traz consigo um ideal de proteção, um espaço construído material e imaterial, no qual os sujeitos constroem realidades que simbolizam valores que vão além do teto, do resguardar em um ambiente de acolhida, a casa constitui espaço de valores, identidades, subjetividades, emoções e essências, é construída pelo homem e aparece como representativa dos elementos fundamentais do ser, “[...] de sua natureza mais profunda, inteira, e como tal, de alguma forma, a pedra angular da personalidade humana” (GRUBITS, 2003, p. 99).

O habitação somente ganha sentido a partir das interação do sujeito com o meio, (lugar), fugindo desta premissa, a habitação é apenas amontanhado de materiais, construção de telhas e tijolos sem real importância ou valorativa social. Compreende-se que é por meio da junção destes aspectos materiais (estruturação física) e imateriais (emocional/essências, psicológico/vivências) que o lugar/casa concreto e abstrato vem representar real importância, ou seja, a casa passa a ser percebida, assim que é habitada quando deixa de ser apenas o material, como objeto significando, uma entidade particular e única, capaz de acolher, dar apoio emocional (DE CAMARGO, 2007). Contudo, partir da interação do sujeito com a lugar passa-se

a reconhecer aspectos além da realidade, passa a abrigar sonhos, segredos, particularidades (BACHELARD, 2000).

A política habitacional brasileira tem seus primórdios atrelados ao processo de industrialização que acarretou a vinda das pessoas para as zonas fabris e conseqüentemente a intensificação do processo de urbanização das cidades.

De acordo com Santos (2009) a urbanização iniciou-se no século XVIII, no entanto, somente no século XX e principalmente a partir da década de 40, que a urbanização ocorre de forma intensa no Brasil resultando em amplas mudanças na expansão das cidades e na distribuição da população pelo território nacional. Uma das razões para este processo de urbanização e o inchaço populacional é o êxodo rural, intensa migração dos habitantes do campo para as cidades visando inclusão de sua mão de obra nas indústrias locais e melhores condições de vida.

Os deslocamentos da população no Brasil tiveram um período intenso, que foi marcado pelos anos de 1960-1980, quando grandes volumes de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação da urbanização caracterizando áreas de expulsão ou emigração: região nordeste e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do sul; e áreas de expulsão ou forte imigração populacional- núcleo industrial, formadas pelos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (ERVATTI, 2003, p 29).

O capitalismo vigente marca notoriamente a apropriação dos lucros e a expropriação da força de trabalho, os trabalhadores que estavam dentro deste processo de industrialização, não possuíam direitos sociais, recebiam apenas mínimos pagamentos por suas atividades laborativas, o que era ineficiente para o provimento de suas necessidades básicas e de suas famílias, ficando assim a espera de políticas públicas que se faziam pontuais e ineficazes.

Inúmeras problemáticas advêm deste intenso processo de urbanização, ocorrendo um acirramento das expressões da questão social, envoltos principalmente na questão da pobreza que conseqüentemente trazem deficiências que são denotadas em diversas áreas, sobretudo na saúde, lazer, e também habitação, marginalizando a população que sofre os impactos de tal desestruturação e falta de políticas públicas que ofereçam as mínimas condições de sobrevivência de forma digna.

A essa população, excluída do mercado imobiliário regular e pela ausência de uma promoção pública, mesmo que adaptada a seus meios, não restou

outra escolha senão a de resolver a questão de sua habitação na "cidade ilegal" (SACHS, 1999, p. 57 *apud* TAVARES, 2004, p. 01).

O crescimento desordenado gerado pela apropriação do solo e a pela própria conjuntura social levou a população a situar inúmeras moradias as margens das cidades, favorecendo a formação de espaços segregados e a constituição de habitações informais, que como afirma Santos 2009 evidenciou a desigualdade social no Brasil, decorrente da má distribuição de renda, deixando evidentes os sinais do sistema capitalista expressos na criação de espaços de exclusão e proporcionou o surgimento de termos como exclusão social, inclusão precária, segregação territorial e ambiental, ilegalidade e informalidade, condição que propicia em meados do século XVIII a formação de favelas cortiços¹ e vilas formadas pela população pobre e operária da época.

Os cortiços também são forma irregular de ocupação, sendo “imóveis que têm como principal característica a precariedade das condições habitacionais que, em sua maioria, resultam em condições de vida e moradia subumanas” (Saule Junior, 2004, p. 439). Estas áreas habitacionais eram consideradas pelo governo da época como espaços desordenados de moradia onde existia foco de pobreza tornando-se habitat propício à violência, epidemias e vícios, além de ser retratada por alguns estudiosos como áreas que desembelezavam as aparências da cidade², pois estas eram áreas desassistidas de toda e qualquer infraestrutura básica.

A crise habitacional afetava as classes populares e está população que vinham do campo para cidade logo tornavam-se favelizadas, levando ao estado e a classe burguesa a incomodar-se com a situação, buscando afastar estes aglomerados urbanos das áreas centrais das cidades que pautados na base no movimento europeu pela reforma urbana higienista passam a construir grandes avenidas e implantar saneamento básico para a composição paisagística a fim de atender aos interesses da burguesia do período industrial.

¹ Cortiço: habitações coletivas, que passaram a figurar como a principal alternativa para que a população urbana pobre pudesse permanecer na cidade, especificamente no centro, onde estariam próximos das indústrias e de outras possibilidades de trabalho (PECHMAN & RIBEIRO, 1983).

² Desembelezar as cidades: o conceito utilizado sugere a ideia de que as áreas favelizadas deixavam os centros urbanos fora de padrão. O estado passa a seguir o modelo sanitário higienista adotado pelos países europeus que combinava saneamento, embelezamento, circulação e segregação territorial, ou seja embelezavam os centros urbanos favorecendo o interesse burguês e desfavorecia a classe subalterna, que além das desigualdades sociais, sofre neste dado momento um processo de segregação espacial, ficando as margens dos grandes centros urbanos.

Neste contexto o estado proibiu construções de favela próximas aos centros urbanos e passa a investir na criação de habitações populares (ineficazes) que não contribuem para o controle e investimento na área de urbanização, mas sim para a criação de outras áreas periféricas, assim como afirma Maricato (2001, p 17) a população excluída desse processo era expulsa para morros e franjas da cidade, estes se tornam meios (maneiras) de suprir a crise habitacional.

A demandas sociais e a problemática habitacional sendo consequência do processo de industrialização, passa a atrair o olhar do estado e da burguesia, que busca investir em imóveis que contenham a situação social gerada a partir do intenso e desordenado inchaço populacional das cidades. O estado passa a investir juntamente com empresas privadas na construção de habitações populares e coletivas subsidiadas por meio de financiamentos que por sua vez, constituíam mais um fator de exclusão do que de inclusão, pois tornava-se um procedimento burocratizado pelo fato de necessitar de comprovação de renda que não levava em consideração que as remunerações da época eram totalmente desiguais e não contribuíam sequer para o provimento das necessidades básicas das famílias.

Baseado nos pronunciamentos da direção do próprio BNH em janeiro de 1975, onde foi anunciada a reformulação do financiamento, fixa em cinco salários mínimos a renda limite para se tornar um beneficiário dos financiamentos do banco, o que excluía, portanto, a maioria da população assalariada que era a principal afetada pelo déficit habitacional (MARICATO 1987. p.85).

A população de baixa renda ficavam excluídas desta tímida protoforma de política habitacional, pois não conseguia comprovar que seus ganhos suportaria o financiamento das habitações. Os industriais compreendendo a ineficácia do governo e a expressiva situação social passa a investir na área habitacional, construindo as chamadas Vilas operárias.³

³ Vilas operárias: Locais de habitação destinadas a abrigar os operários das indústrias e suas famílias. As vilas, podem ser vista tanto como uma iniciativa que garantia uma tímida melhoria da condição de vida do operariado como também uma maneira de submissão da classe trabalhadora ao seus patrões (empresariado) pois estes ficavam sob a vigilância e controle da classe burguesa (muitos podiam ver a oferta de moradia como algo benemerente ou bondade e não como um direito, o que constituía mais uma forma de submissão da classe trabalhadora a classe burguesa)

Compreende-se dentro desta trajetória que a urbanização das cidades no Brasil é produto das contradições de classes e envolvem interesses e necessidades diversas, sendo importante analisar que os novos processos de mudanças e as políticas que trazem como foco a habitação estavam estritamente ligados as questões trabalhistas. As IAPS instituto de caixas aposentadorias e pensões foi criada em 1933. Antes da criação do instituto existiam as caixas de aposentadorias e pensões ou também conhecida como lei Eloy Chaves onde também era vinculada ao mundo do trabalho sendo que a partir destas contribuições a caixa, o proletariado da época eram assistidos por ajuda medica, funeral e também poderiam financiar habitações.

As IAPS eram divididas em categorias profissionais compreendidas pelos marítimos, industriários, bancários, comerciários, trabalhadores da área de petróleo e estivadores.

A categoria profissional que obteve mais planos relacionados à área habitacional foram as IAPI- Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, formulando planos de atuação na área habitacional tais como locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelo instituto, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo de remuneração mínima do capital investido (plano B) financiamento aos associados para aquisição de moradias ou construção em terrenos próprios, (Plano C) empréstimos ou hipotecas feitas a qualquer pessoa física ou jurídica bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas (BONDUKI 1998; 105).

As IAPS, conjuntamente com o estado regulavam as questões trabalhistas e constituíram uma tímida protoforma de caráter contributivo que colaborava para melhoria e controle da continua e agudizada problemática habitacional brasileira. , regulando as relações entre as leis trabalhistas que naquele período se faziam fruto das pressões da classe operaria por melhores condições de trabalho reconhecidas por meio das políticas sociais que eram pequenas efetivações de direitos que minimizem os efeitos das desigualdades sociais. Estas políticas sociais traziam por trás de suas intenções conter as lutas sindicais e manter uma aparente ordem social que privilegiará a acumulação capitalista podendo-se confirmar que -visa fortalecer, na mente do trabalhador, a impressão, que com o tempo se transformará em convicção, de que o regime democrata capitalista não o desampara -. Efetivamente,

é o mais conveniente à nossa ordem político-social (Discurso de posse de A. Godoy, in Anais..., 1946).

Para a população trabalhadora as IAPS e a políticas públicas, contemplavam o rol de alguns direitos sociais, já os que não eram considerados ativos no sistema vigente, ou seja, que não estavam inseridas no mercado formal de trabalho ficavam a mercê de políticas de caráter populista.

Podemos citar como política populista na área habitacional a fundação casa popular que ocorreu durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946) que tinha como proposta o financiamento de moradias populares, saneamento, matéria prima de construção e infraestrutura básica para contemplar assim melhoramento dos serviços urbanos ligados a habitação popular. Considera-se a fundação casa popular como a primeira instituição voltada a política de moradia para a classe de baixa renda.

A fundação casa popular trazia algum pontos estruturantes em sua forma de atuação bordando que para enfrentar os problemas habitacionais das faixas de população de baixa renda, a Fundação da Casa Popular passaria, com o Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro de 1946, 3 a ter possibilidade de atuar em áreas complementares que fariam dela um verdadeiro órgão de política urbana lato sensu. Cobia-lhe, de conformidade com esse decreto, “financiar obras urbanísticas de abastecimento d’água, esgotos, suprimento de energia elétrica, assistência social e outras que visem à melhoria das condições de vida e bem-estar das classes trabalhadoras (...)”. Era ainda de sua competência “financiar as indústrias de material de construção, quando, por deficiência do produto de mercado, se tornar indispensável o estímulo de crédito (...)”, “proceder a estudos e pesquisas de métodos e processos que visem ao barateamento de construção (...)”; “financiar as construções de iniciativa ou sob a responsabilidade de prefeituras municipais, empresas industriais ou comerciais e outras instituições, de residência de tipo popular destinadas à venda, a baixo custo ou a locação, a trabalhadores, sem objetivos de lucro” (...); e, finalmente, “estudar e classificar os tipos de habitação denominados populares, tendo em vista as tendências arquitetônicas, hábitos de vida, condições climáticas e higiênicas, recursos de material e mão de obra das principais regiões do país (...)”. Outra novidade do decreto foi a introdução da habitação rural “nos aspectos de construção, reparação e melhoramento”, como nova meta institucional. (BRASIL 1946 p 755).

A instituição durante sua atuação não obteve grandes desempenhos na produção quantitativa de imóveis de baixo custo, embora fosse uma instituição planejada para se estruturar por recurso próprios a FCP passou a depender de recursos do orçamento federal e diante de um contexto governamental inflacionário entrou em declínio.

Durante a Era Vargas (1946) período onde ocorreu a ditadura militar houve também uma das maiores atuações governamentais na área habitacional. Tais estímulos a esta área durante a ditadura podem ser entendidas como estratégia de governo que garantia direitos básicos alcançando e interferindo diretamente na vida dos trabalhadores afim de que esta população compreende-se tal alargamento no rol dos direitos como uma benemerência governamental dando em resposta apoio ao governo ditatorial ou amenização das lutas sindicais por melhores condições de trabalho e de vida.

Conhecido como mãe dos ricos e pai dos pobres, esta referência ao governador populista pode ser entendida por meio de suas estratégias de governo como a citada acima, pois este utilizava da persuasão na efetivação de algumas políticas públicas que soavam como “bondade do governo” mas que sua finalidade tornava-se estratégias de manipulação das políticas públicas para controle das massas. Por outro lado a ação do governo estava ligada aos interesses do capital que também eram atendidos com a quietude dos trabalhadores e controle das massas sendo também privilegiados com as políticas habitacionais que colocavam em lócus a construção civil a venda de materiais de construção e os proprietários de casas de alugueis através das locações que tiveram adesão dentro da política habitacional.

E valido ressaltar que o mercado locatário adentrou a política habitacional diante do contexto de urbanização das cidades o que levou os proprietários de casas de alugueis a lucrar significativamente pois, os imóveis de aluguel tinham um valor exorbitante, e em meio à crise habitacional, as casas de alugueis se tornavam saídas “fáceis porém Caras” para sanar momentaneamente os problemas decorrentes de tal crise. Com alta nos preços dos imóveis, maior parte dos salários dos trabalhadores eram destinadas ao pagamento dos alugueis. O governo interfere neste dilema do setor de habitação, pondo em pratica a lei do inquilinato, que prevê o congelamento dos preços dos alugueis para que os trabalhadores pudessem ter renda e assim “adquirir poder de compra, consumo e melhoria da qualidade de vida”.

A fundação casa popular e as IAP'S foram um pontapé inicial dos programas sociais de governo para as políticas habitacionais. Com o declínio da FCP e a unificação das IAPS ligadas somente aos trabalhadores, ainda era necessário buscar uma política habitacional que conseguisse abranger e contemplar a maior parte da população. Ocorreu em 1964 através da Lei nº 4.380, de 21 de agosto do mesmo ano a criação do Banco Nacional de Habitação - BNH que objetivava facilitar o acesso a habitações para famílias de baixa renda atuando também através da geração de emprego e fortalecimento do setor de construção civil.

Nota-se que durante a política de Vargas as melhorias no rol, dos direitos, principalmente ligadas à área de habitação correlacionava-se ao mundo do trabalho tanto pelo fato de ser ter um alargamento e reconhecimento dos direitos dos ⁴trabalhadores, com a afirmação da consolidação das leis trabalhistas CLT, quanto pelo caráter de controle social sobre a classe proletária ligada aos fatores que se traduz (...) como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia 109 TÓPOS V. 5, N° 2, p. 102 - 127, 2011 de industrialização do país; segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do 'homem novo' e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política (BONDUKI, 1998:73)".

O sistema financeiro de habitação SFH e o banco nacional de habitação- BNH foram criados paralelamente após o golpe de 1964 ⁵e seu objetivo principal estava o de incentivar a criação de moradias de interesse social para que a população com baixo poder aquisitivo tivesse também oportunidade de adquirir sua casa própria. Os recursos para este sistema eram oriundos da captação das cadernetas de poupanças e do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) gerados a partir das contribuições dos trabalhadores que estavam no mercado formal de trabalho.

Uma das principais responsáveis pelo atendimento das demandas do BNH foram as Companhias estaduais de habitação-COHABS empresas públicas de capital misto que foram implementadas em diversas cidades dos país. As COHABS eram alternativas criadas pelo BNH para suprir a necessidade habitacional das pessoas de

⁵ O Golpe Militar de 1964 redesenhou o panorama político, social, econômico e cultural brasileiros pelas duas décadas seguintes. Executado no dia 31 de março daquele ano, o golpe levou à deposição de João Goulart e fez se instalar no país uma ditadura militar que durou até o ano de 1985

baixa renda, porém passou a “passou a ampliar suas funções e passou a privilegiar os financiamentos voltados para as faixas de renda mais alta” As famílias com renda de até três salários mínimos foram destinados “ lotes providos de água luz, esgoto e uma unidade de tipo embrião, de mostrando assim um afastamento de sua clientela-meta prioritária e de suas demandas iniciais sendo este novo impulsionando para a classe média gerado pelo comportamento e especulação do mercado imobiliário.

Este fato fez com que o BNH reorientasse seus investimentos para camadas sociais com maior poder aquisitivo, deixando de lado a construção de habitações populares (BOTEGA 2008, p 7).

Em uma visão mais voltada ao social; o BNH gerava as construções das moradias feita em locais distantes das áreas urbanizadas dificultando o acesso das pessoas ao trabalho e as outras atividades diárias, além disto, não havia nenhuma infraestrutura básica deixando com que a população não tivesse interação social, Quando o BNH buscou reduzir o custo da moradia para tentar atender a uma população que vinha se empobrecendo, ao invés de alterar o processo de gestão e produção que encarecia o produto final, apoiando iniciativas que a população já vinha promovendo, optou por rebaixar a qualidade da construção e tamanho da unidade, financiando moradias cada vez menores, mais precárias e distantes (...). (BONDUKI, 1998, p. 320),

Salientado por Azevedo e Andrade (2011), a política habitacional não é apenas vista como uma compreensão do problema urbano e do déficit habitacional. Ao contrário, desde o início, com a criação do BNH, o Estado privilegia o aspecto habitação *Stricto Sensu*⁶, em oposição a moradias como um lar, pois as construções não levavam em consideração o planejamento, o direito às cidades e a cultura dos moradores.

O BNH existiu por vinte e dois anos, porém durante sua trajetória o banco torna-se falho na produção quantitativa de casas populares e deixar a desejar em seu objetivo principal, respondendo ineficientemente a demanda urbana tendo um alijamento das camadas que estavam em baixa renda e sendo mais um agente estimulante da economia nacional. O BNH entra em abolição na década de 80 com a

⁶ *Stricto sensu* é uma expressão latina que significa "em sentido estrito". É utilizada para referir que determinada interpretação deve ser compreendida no seu sentido estrito.⁶

crise inflacionaria e suas atividades passam a ser geridas ou passa para responsabilidade da caixa econômica federal, sendo um agente financeiro administrativo dos recursos destinados à habitação e ao FGTS.

1.2 Moradia como Direito Constitucional

Diante das contradições existentes nos primeiros processos de urbanização do país, pode-se denotar a carência de políticas públicas eficazes que venham a contribuir para um melhor desenvolvimento das questões habitacional no país. O desordenado crescimento das cidades colocou em pauta a necessidade de se ter políticas postas a pensar tais situações sociais vindas a partir dos aspectos de moradia da população, entendendo-as não somente como uma necessidade individual, mas sim como um direito social.

Com o crescimento populacional desordenado faz surgir algumas problemáticas, e estas expressões sociais implica na necessidade de ampliação e oferta dos serviços e equipamentos urbanos, sobretudo a oferta de moradias para as famílias. As áreas periféricas sem as mínimas condições básicas tornam-se espaços de moradias, criando com elas, habitações informais, espaços segregados, exclusão social e escassez de serviços urbanos básicos além de inúmeras problemáticas e desigualdades sociais.

As regulamentações na área habitacional eram regidas por meio de pontuais serviços de caráter público destinados a sanar momentaneamente determinadas demandas e situações sociais, que com a promulgação da constituição denominada de constituição cidadã passa a ter caráter de direito social.

Antes da Constituição Federal de 1988 não existia menção à ordem urbanística no Brasil, de forma que o referido capítulo destinado ao tema dispõe sobre os princípios, responsabilidades e obrigações do poder público e também acerca dos instrumentos jurídicos e urbanísticos para conter os desgastes ambientais e acabar com as desigualdades sociais. Saule Junior (1999)

Entende-se por direito social fatores que constituem condições imprescindíveis para o efetivo exercício de qualquer outro direito fundamental, ou seja, os direitos sociais são direitos criados para possibilitar que os cidadãos tenham as necessidades básicas para uma vida digna garantidas, buscando diminuir as desigualdades sejam elas econômicas ou sociais.

[...] os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

Tais direitos sociais configura-se como garantias para que se tenham disponíveis serviços que objetive garantir uma mínima qualidade de vida. Tal proteção social é dirigida pelo estado que garante o mínimo de bem estar para a população, agregados aos direito civis e ao direito político o que pode ser chamado de Cidadania.

A necessidade de morar constitui uma necessidade social, onde por meio dela permeia as vivencias naturais dos seres humanos tornando se local fundamental onde tem relações diretas com os modos de sobrevivência dos seres humanos.

A moradia, sendo fundamental para as nossas vidas, é indispensável à reprodução social dos indivíduos (pobres e ricos); constitui-se também no espaço do cotidiano e da intimidade, no local onde grande parte da vivência humana acontece (MEDEIROS, 2007, p. 13).

O direito à moradia é um direito humano universal, é afirmado como um direito fundamental, através da declaração universal dos direitos humanos que atesta que “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”. Se faz necessário abordar que além de uma casa, em seu aspecto de abrigar e proteger, a população deve receber estímulos e condições para que estas tenham acesso aos serviços públicos básicos e uma melhoria das suas condições de vida.

Segundo SOUZA, 2004 Têm-se a universalidade do direito à moradia, visto que seu exercício estende-se a todos os indivíduos, independente de sexo, etnia, religião, situação financeira. Apesar de serem diferentes, todas as pessoas desfrutam desse direito com base no princípio da igualdade, afirmando e correlacionando-se com o direito da pessoa humana. A efetividade do direito à moradia relaciona-se também a efetivação do conjunto de outros direitos sociais que juntos visam garantir o bem estar em seus aspectos individuais e coletivos.

É importante pontuar que antes da constituição federal, a moradia não era incluso como um direito fundamental vê-se apenas como um problema de ordem social e que requer um posicionamento do governo para amenizar as sequelas de tal déficit habitacional, até então não sendo posto como um direito. Com a constituição federal de 1988 estabelece em seus artigos 182 e 182 que vem implementar a política

de desenvolvimento urbano e ordenado do território cumprindo a função de cidade e de propriedade, dando formas a políticas sociais, contudo o direito à moradia só será inserida em 2000 a partir a emenda constitucional Nº 26 ao artigo 6º apresentando moradia como um direito extensivo contemplados não somente por meio de direitos sociais mas que garanta também direitos humanos.

A constituição brasileira traz promulgada em 1988, e alterada pela emenda constitucional Nº26 de 14/02/2000 traz em seu Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Sendo estas garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros. O direito à moradia perpassa além do direito a ter uma casa um teto, o direito à moradia passa a ser compreendido como um espaço que agregue bem-estar e condições dignas de sobrevivência.

O acesso à moradia além de ser uma necessidade é também um direito de todo o cidadão, no entanto, a aquisição de uma moradia para a classe de menor poder aquisitivo está relacionada uma série de dificuldades, entre as quais a desigualdade social, políticas habitacionais excludentes, falta de emprego, má distribuição de renda, entre outros (MARTINS, 2007)

Como tratado em lei à moradia e garantia de todo o cidadão, porém nem todos os cidadãos moram de forma digna ou muito menos possuem bem estar. A moradia digna ultrapassa o pressuposto de ter quatro paredes e agrega uma vida com qualidade e bem estar tendo condições de ter as necessidades supridas e respeitadas, assim como afirma artigo 25º da Declaração dos Direitos Humanos que expressa que :Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis, e direito a segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.”

Tendo em vista que a moradia constitui espaço de vivências e importante base para a qualidade e dignidade do padrão de vida adequados inúmeras políticas se fizeram contextuais no que diz respeito ao direito de morar vindo a, assegurar-las como um direito constitucionalmente previsto e outrora retratar a lacuna existente diante da efetivação de políticas voltadas para o direito à moradia sendo um passo importante

para a implementação real de iniciativa do estado que visem à efetivação de políticas que busque a diminuição do déficit habitacional.

Quando se escreve no artigo 6º da Constituição, que trata dos direitos sociais, que todos os brasileiros têm direito à moradia, isso significa que a partir da entrada em vigor desta emenda o Estado brasileiro está obrigado a traçar, conceber, implementar e executar políticas públicas que tornem a moradia um direito mínimo de cada brasileiro (INÁCIO, 2002: 41).

Embora a constituição traga um marco notável em relação aos direitos dos cidadãos à luta em torno do direito à moradia ainda persiste, sendo inserido como política habitacional apenas no ano 2000 através da Emenda constitucional nº 26 ao artigo 6º da constituição apresentando Moradia como um direito.

Dentre tais políticas podemos citar a PNH- Política Nacional da Habitação que foi instituída em 2004 através da lei 11.124/2000, sendo um marco primordial, pois este é considerado um dos órgãos mais importante para o setor habitacional desde a extinção do BNH- Banco Nacional de Habitação.

A política de habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito a infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direitos a cidade. Dentro de um modelo participativo e democrático que reconhece a participação nas políticas públicas como direito dos cidadãos (BRASIL, 2004, p 12)

A Política Nacional de Habitação (PNH) visa através de princípios e diretrizes garantir a população de baixa renda o acesso a moradia em condições dignas e adequada e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política nacional de habitação e a política nacional de desenvolvimento urbano. Tal política conta com inúmeros instrumentos contribuem para garantir o efetivo acesso à moradia e desta de forma digna tendo o poder público como responsável executor da PNH. Os instrumentos disposto na PNH são o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social SNHIS, que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS através da lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social propõe a articulação nos três níveis de governo além de estratégias que subsidiem a promoção de o acesso à habitação voltada à população de menor renda, tendo como órgão de comando o ministério das cidades –MC.

O Ministério das Cidades 2003, visa à concepção de uma política habitacional integrada ao desenvolvimento urbano, na qual a habitação constitui não somente a casa, mas também são incorporando condições de acesso à terra urbanizada (questão fundiária), à água potável, ao ambiente saudável (saneamento e planejamento territorial) e à mobilidade urbana, além de reunir esforços no três níveis de governo.

Vale salientar que antes da criação do ministério das cidades houve o estatuto das cidades⁷ criado no ano de 2001 através da lei 10.257 que tinha como principal legislação a regulamentação do espaço urbano objetivando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana assim como afirma (Maricato 2010), Estatuto da Cidade não trata apenas da terra urbana. Assumindo um enfoque holístico a lei inclui: diretrizes e preceitos sobre planos e planejamento urbano, sobre gestão urbana e regulação estatal, fiscal e jurídica (em especial sobre as propriedades fundiárias e imobiliárias), regularização da propriedade informal, participação social nos planos, orçamentos, leis complementares e gestão urbana, parcerias público-privadas, entre outros temas.

Denota-se que diante de várias conquistas representativas na questão habitacional, revela uma modificação do conceito acerca do habitar, sendo esta agora constituída não somente do direito a ter um lar, abrigo, a casa, mas diante de tantas modificações contempla um conjunto arquitetado que contempla a moradia e seu entorno, ou seja, o direito à habitação contempla também melhoria dos entornos das moradias e o planejamento para contribuir o para um melhor acesso a moradia digna e ao planejamento urbano.

A dignidade da pessoa humana como comando constitucional será observado quando os componentes de uma moradia adequada forem reconhecidos pelo Poder Público e pelos agentes privados, responsáveis pela execução de programas e projetos de habitação e interesse social, como elementos necessários à satisfação do direito à moradia. (SAULE JUNIOR, 1997:84).

Diante de uma trajetória histórica que traz a moradia descontextualizada diante de precárias condições de morar, partir da constituição de 1988 ver-se a capacidade

⁷ A criação do estatuto das cidades pode ser contemplada também como fruto da luta dos movimentos sociais pela reforma urbana.

de reconhecer a moradia sendo um direito fundamental básico e que requer modificações e planejamento diante das políticas de governo, sobretudo a partir do ano 2000 quando estas vem agregar um reconhecimento no campo das políticas públicas que através de inúmeras lutas por melhores condições de vida e acesso à terra urbanizada, podemos notar preponderantes conquistas inseridas a questão habitacional que trabalha em busca de garantir um agora a moradia como direito constitucionalmente previsto e, sobretudo diminuir o déficit habitacional que acompanha o país desde meados do século XXV.

CAPITULO II: TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

2.1 Parâmetros de atuação da política habitacional:

A política habitacional brasileira iniciou-se através de demandas antagônicas que se confundia com os desígnios das intervenções estatais diante das busca por mínimas melhoras da condição de vida e dos modos de habitar, neste dado momento os serviços ofertados para sanar os problemas decorrentes do setor habitacional tinham caráter momentâneo e descontinuado.

Diante de tais situações pós-constituição de 1988, a realidade das políticas habitacionais nos país, ensaia uma reviravolta na qual o que antes era colocado apenas como instrumento na construção de casas, ou conjuntos habitacionais, passa a integrar uma gestão centralizada em entender os problemas habitacionais que não são decorrentes apenas da falta de uma casa (construção de telhas e tijolos) ou da possibilidade de ter um lugar pra abriga-se e construir vivencias, mas sim da maneira como é visto o entorno das residências, da maneira como e estruturado as cidades da logística interligada ao setores sociais e das demais políticas que junto as questões habitacionais tornam a moradia um espaço que permita que a população possa exercer sua cidadania tendo condições que venham a propiciar morar e desenvolver suas atividades rotineiras de forma segura, com dignidade e com condições favoráveis para que todo esse processo ocorra de forma natural e digna.

A partir da constituição e, sobretudo após o ano 2000 no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva as políticas sociais que no âmbito da moradia passa a ter uma evidente centralidade associadas em conjunto com melhorias de infraestrutura, saneamento, transporte buscando que as políticas possam ter um caráter contínuo, significando uma ruptura com as velhas formas de se tratar a questão habitacional

passando a ter caráter de direito vislumbrando a melhoria de toda a questão habitacional e não somente o déficit de moradia.

Como podemos notar diante da trajetória histórica da habitação brasileira traz consigo a construção de zonas de risco sejam elas na forma de construção das habitações, sejam elas por falta de infraestrutura básica, falta de transporte ou até mesmo segurança para que se possa habitar/ residir de forma digna e segura e diante disto a política habitacional intervém de forma precisa para ajustar tais situações.

A Política Habitacional atua primordialmente na busca pela diminuição do déficit habitacional das cidades e conseqüentemente do país, pondo-se em evidencia a atuação no contexto de produção quantitativa de unidades habitacionais, demandadas pelos altos investimentos em moradia que é o alvo principal dos programas que se verticalizam diante da política habitacional.

Em suma, ao pensarmos em programas habitacionais nos vem à mente, o principal programa, denominado Minha Casa Minha Vida em seu caráter público privado de financiamento de imóveis residenciais, porém, outros programas fazem frente diante do enfrentamento e busca por diminuir o déficit habitacional brasileiro. Os programas de Habitação de Interesse Social, são iniciativas de caráter público que tem como objetivo principal "promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda." (BRASIL, 2004, p. 58). Afirma ainda, que "os planos, programas e projetos a serem executados, devem prioritariamente promover o acesso das famílias de baixa renda, de acordo com as especificidades regionais e perfil da demanda." (Idem, 2004).

Analisando a questão habitacional em um olhar globalizado é notável que está se expressa não somente pela falta de moradia, mas também pela precariedade em morar, pelas construções de imóveis em áreas ilegais, que trazem riscos, que indica falta de infraestrutura, equipamentos e serviços básicos disponíveis para que haja dignidade e segurança diante do território e /ou lugar habitado, bem como condições de atendimento aos direitos dos cidadãos.

Percebe-se um elevado número de habitações construídas fora do mercado formal, o que demonstra a negligência por parte das políticas públicas frente a essa questão. Afirma Maricato (2001, p. 131): "A autoconstrução em loteamentos ilegais nas periferias urbanas e os domicílios em favelas tornaram-se prioridade para a habitação dos trabalhadores e da população pobre de um modo geral a partir de 1930." O estilo Laissez-faire predominou no uso e ocupação do solo na maioria das cidades durante sucessivas décadas, devido à ausência do planejamento urbano, o que se define pelos interesses privados rentistas e lucrativos e pela ignorância em relação ao assentamento da maior parte da população. Maricato (2007, p. 123)

Diante do processo de industrialização e da expansão contínua das cidades, confrontados com a ausência de políticas públicas que de início negligenciou o trato

e o respaldo da questão habitacional, desencadeou um desordenamento na ocupação do solo, levando a constituição de moradias autoconstruídas em locais irregulares e/ou áreas de risco e que contribuem para um alijamento social, aumento de desigualdades e acirramento das expressões da questão social, que em suma desqualifica os direitos (que naquela época ainda não tinha caráter de direito, mas que hoje pode ser contemplado) e contribuem para a regulação do mercado imobiliário.

Defronte tais questionamentos e correlacionando com as questões pertinentes à habitação de interesse social, é necessário caracterizar alguns componentes que se expressam além do déficit habitacional, como fruto de todas estas questões apresentadas diante dos primórdios e trajetória da política habitacional.

O déficit habitacional refere-se a quantidade de cidadão sem moradia adequada em uma determinada região e corresponde a soma de quatro componentes básicos:

- ✓ Adensamento;
- ✓ Coabitação familiar;
- ✓ Ônus excessivo com aluguel urbano, e
- ✓ Adensamento excessivo de domicílios alugados.

Os domicílios precários definem-se por dois tipos de habitações, os domicílios rústicos e os domicílios improvisados. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Em decorrência das suas condições de insalubridade esse tipo de edificações proporciona desconforto e traz riscos de contaminação por doenças. Já os domicílios improvisados englobam todos os locais e imóveis sem fins de residenciais e lugares que servem como moradia alternativa (imóveis comerciais, embaixo de pontes e viadutos, carcaças de carros abandonados, barcos e cavernas, entre outros, o que indica claramente a carência de novas unidades domiciliares (Fundação João Pinheiro, 2003). É possível notar tais tipos de habitações nas grandes metrópoles, sendo moradias alternativas principalmente das pessoas em situação de rua

O ônus excessivo com aluguel corresponde ao número de famílias urbanas, com renda familiar de até três salários mínimos, que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel. Este tipo de problemática tende se apresentar com mais eficácia nas grandes metrópoles e nas proximidades dos centros urbanos explicado pela supervalorização dos imóveis e o encarecimento do custo de vida que reflete na condição de moradia.

O adensamento excessivo em domicílios alugados que corresponde aos domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório.

Ressalta-se que a política habitacional deve ser contemplada não somente como o direito a ter uma casa um imóvel, mas sim um conjunto interligado que se expressam por meio da moradia, contemplam condições que subsidiem traz segurança e dignidade aos moradores mobilidade urbana, saneamento básico e meio ambiente que coligados possam garantir a moradia digna, diante dos problemas relativos ao déficit habitacional a papel de destaque a irregularidade fundiária que contempla a propriedade em ocupações irregulares, que não contam com serviços básicos como distribuição de água, energia elétrica e saneamento e em áreas que não permita subsidiar segurança e dignidade aos moradores sejam eles em invasões, ocupações, loteamentos clandestinos ou irregulares ou até mesmo em conjuntos habitacionais construídos por departamentos públicos.

As condições de habitação irregular podem ser regularizadas através da regularização fundiária que consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento as funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrada (Art. 46 da Lei nº 11.977/2009 - Cartilha Regularização Fundiária).

Partindo do pressuposto, a regularização fundiária arquiteta-se por medidas jurídicas e urbanistas, onde as de ordem jurídicas buscam a solução de problemas relacionados a titulação da área pública ou privada, contribuindo para que tenha segurança jurídica em relação a documentação legal da propriedade. A segunda medida corresponde a ordem urbanística, adequando as situações a cidade regularizada, em suma corresponde a implantação de infraestrutura essencial (calçamento, esgoto, energia, fornecimento de água), decorrentes dos loteamentos implantados sem atendimento das normas legais. (Art. 9º da lei 13.465/17). A reassentamento das famílias quando estas em locais sujeitas a desmoronamento, enchentes, em locais contaminados, insalubres, diante de aspectos que não contribuam para que haja segurança, condições de saúde e saneamento entre outros, aspectos.

2.2 O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Instituído pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se tornou o principal programa habitacional que busca subsidiar a construção de moradias para população de baixa renda objetivando diminuir o déficit habitacional, alterando também a situação empregatícia no país estimulando a criação de empregos e investimentos na área da construção civil.

O programa instituído em 2009 prevê a diminuição do déficit habitacional, considerando que em 2023 em âmbito nacional se alcance a meta cerca de 31 milhões de novos atendimentos habitacionais, salientando que a provisão de habitações respalda-se Através da Portaria nº 435 de outubro de 2011. Em alinhamento com as diretrizes gerais do PMCMV que estabelece:

a) promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias; b) provisão habitacional em consonância com os planos diretores, municipais, garantindo sustentabilidade social, econômica e ambiental aos projetos de maneira integrada a outras intervenções ou programas da União e demais esferas do governo; c) criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, especialmente por meio da cadeia produtiva da construção civil; d) promoção de condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idoso, conforme disposto no art. 73 da Lei 11.977/2009.

O PMCMV subsidia moradias baseado em faixas de renda, que em suma permite que se tenha realizado o sonho da casa própria (ou talvez o ***mito da casa própria***, parafraseando e fazendo referência ao pensamento de Bonduki 1998.), em linhas gerais a faixa I corresponde ao financiamento de unidades habitacionais para famílias com renda familiar mensal de até 1.600 RS do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), a faixa II corresponde ao financiamento para famílias com renda mensal de até R\$ 3.275, a fase III abrange as famílias com renda de até R\$ 5.400 atendidas por financiamentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e o MCMV entidades que busca beneficiar as famílias com renda de até R\$ 1.600, em áreas urbanas, em financiamentos do Fundo de Desenvolvimento Social (CAIXA Econômica Federal).

A diferenciação entre as faixas de renda do programa e o MCMV- entidade corresponde ao processo participativo, no qual no último citado há a possibilidade de participação das famílias no processo de gestão concepção produção e pós-inserção das famílias nas unidades habitacionais. O MCMV-E, portanto, enquadra-se no que é denominado Produção Social da Moradia e sucede o Programa Crédito Solidário,

criado em 2004, atendendo à reivindicação de movimentos sociais de luta pela moradia (Balbim e Krause, 2010).

Ao mesmo tempo em que se assiste a um salto qualitativo na forma de gerir o tema moradia a partir da criação do Ministério das Cidades e de instrumentos como a Política Nacional de Habitação, o SNHIS e o FNHIS, do ponto de vista da produção de cidade, vários estudos têm demonstrado a permanência dos mesmos cenários urbanos e efeitos socioespaciais, onde a periferia absorve a moradia popular advinda do PMCMV, em regiões desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos adequados (Silva e Silva, 2013; Maricato, 2009).

Maricato 2009 afirma, porém, que nem sempre construir moradias é a melhor forma de reduzir o déficit, pois o índice contabiliza moradias precárias, muitas das quais poderiam se adequar aos padrões com reformas. "Entendo que tanto os movimentos (de luta por moradias) quanto os empresários gostem de trabalhar com o conceito de déficit, mas moradia é uma mercadoria especial, não dá para pensá-la como fábrica de automóvel."

Diante da afirmação de Maricato pode contextualizar que o programa Minha casa Minha Vida comparado a fábrica de automóveis tem significativo valor em relação à produção quantitativa de unidades habitacionais, mas que se faz necessário ter um olhar mais denso e aprofundado sobre a construção de moradias habitacionais, sobretudo ao pensarmos que a moradia engloba o contexto no qual será construído a UH e que deve necessariamente suprir não tão somente a necessidade por uma casa, mas sim a necessidade social de morar e ter condições de sobrevivência e vivência diante do novo território e do novo habitar, a crítica tecida por Maricato engloba também a questão da periferização dos conjuntos habitacionais nos quais são construídos em localidades segregadas territorialmente o que contribui para o alijamento da população beneficiária dos demais serviços e equipamentos públicos, bem como também há uma dificuldade em relação a mobilidade urbana, permeada pela falta de transporte e distanciamento dos centros urbanos locais, contribuindo para que a população beneficiária a seja isolada contribuindo para redução de sua participação social na dinâmica urbana cotidiana.

A qualidade da habitação social não é determinada por questões construtivas nem de quantidade, e sim pela própria qualidade do espaço urbano. Conjuntos habitacionais bem projetados, mas construídos em locais sem infraestrutura, não serão bem-sucedidos, pois a questão da infraestrutura é a essência do pacto social do cidadão com o poder público. A infraestrutura é o reflexo direto da organização social, mas essa condição não é suficiente

para o sucesso. Se não existe uma ideia de cidade, qualquer operação de habitação estará fadada ao fracasso. (VIGLIECCA, 2017)

Em uma análise comparativa da construção de conjuntos habitacionais em Juazeiro do Norte é notável que os mesmos são e vem sendo construídos longe do perímetro urbano, explicado pelos terrenos compatíveis ao tamanho do empreendimento estarem localizados em áreas mais afastadas das demais localidades, mas por outro lado a construção em locais mais “distantes contribuem para que os conjuntos habitacionais se tornem desertos habitados” onde é difícil chegar e/ou se deslocar ao trabalho, onde os serviços públicos são pontuais ou muitas das vezes não conseguem chegar até lá, e de acordo com o pensamento da Urbanista Maricato a por estarem longe das cidades e dos empregos, os novos bairros também são mais difíceis de policiar e vulneráveis ao crime organizado. O que acontece no fim de semana nos conjuntos habitacionais criados nessas áreas? O ônibus não vai, você tem um exílio na periferia, ou seja por um lado tem-se o prazer de estar podendo financiar a casa própria, por outro lado está população em uma análise dos contextos das habitações populares, passam a estar financiando a periferia da periferia como se estes não tivessem direito a cidade.

A democratização da produção de novas moradias e do acesso à moradia legal e à cidade com todos seus serviços e infraestrutura exige a superação de dois grandes obstáculos – terra urbanizada e financiamento – que, durante toda a história da urbanização brasileira, foram insumos proibidos para a maior parte da população (ibidem). Credo que o problema do déficit habitacional tem estado em construção e positivamente tem impactado a produção de moradias populares, o grande desafio consiste em conciliar a produção das moradias com o chamado direito a cidade.

Na cidade de Juazeiro do Norte existem três obras executadas e duas em andamento totalizando seis empreendimentos financiados através do programa de financiamento PMCMV, no qual pode ofertar o financiamento de 2.783 moradias, sendo elas o Condomínio habitacional Tenente Coelho- TC-I, T-CII, TC-III e TC-IV, localizado a R. Raimundo Saraiva Coelho, no Bairro Aeroporto, sendo inaugurado em 30 de agosto de 2012 contemplando 1.280 famílias. O segundo empreendimento compreende o conjunto habitacional Santana Neto ou popularmente conhecido como Conjunto Nossa Senhora das Dores ou conjunto Betolândia, nome que faz referência ao bairro em que está localizado o conjunto habitacional que possui 713 famílias, o

terceiro empreendimento é o conjunto São Sebastião I e II localizado no bairro Brejo Seco, tendo 778 famílias beneficiárias.

Os dois últimos empreendimentos a serem construídos na cidade estão localizados nas proximidades da Vila Três Marias, localizado ao termino do perímetro urbano da cidade de Juazeiro do Norte e o outro empreendimento denominado de conjunto Padre Cicero localizado próximo ao termino do perímetro urbano da cidade em uma localidade conhecida popularmente como pedra de fogo (divisa entre as cidades de Juazeiro do Norte e Missão Velha).

Até Junho de 2019 o PMCMV em Juazeiro do Norte possibilitou a 2.783 famílias a conquista do financiamento da casa própria, sendo estes inseridos nos condomínios residenciais Tenente Coelho I II, e III e IV no bairro Aeroporto; Conjunto habitacional Nossa Senhora das Dores no bairro Betolândia; e Conjunto São Sebastião I e II no bairro Brejo Seco, porém ainda é notável a necessidade e anseio da população pela efetivação de políticas públicas de e serviços básicos que contribuam para o melhoramento da condição de habitabilidade dos beneficiários visto que ainda é precário as condições nas localidade acima citadas, sendo pauta de reivindicação a busca de melhorias no setor nos outros setores que deveriam ser contemplam paralelo ao setor habitacional diante do PMCMV.

“É mais fácil chegar com a moradia do que com o entorno de serviços, a não ser que haja fortes motivações econômicas, mas quando estamos falando de populações mais empobrecidas, o Estado tem um papel fundamental. Porém, mais difícil do que chegar com serviços é prestar serviços de qualidade.”
(PAES 2011)

Cardoso e Aragão (2013) ressaltam que o capital construtivo e imobiliário busca terrenos mais baratos, para reduzir os custos de produção, que na maioria dos casos apresentam problemas tais como o da acessibilidade e infraestrutura. Em sua maioria os bairros em que estes condomínios e conjuntos estão localizados se localizam em áreas distantes dos centros urbanos e causa uma dualidade nos aspecto que trazem ao beneficiário o contentamento por estar financiando um imóvel que futuramente será seu, mas por outro lado acarreta também o aumento de custos e despesas, Bonduki (2009), revela essa tendência de localização dos empreendimentos em regiões periféricas, prevendo a possibilidade de que estes sejam construídos em áreas carentes de infraestrutura, emprego e equipamentos.

Se faz necessário que na fase inicial dos projetos habitacionais, haja uma análise que leve em consideração não somente o aspecto estrutural dos terrenos que receberão as unidades habitacionais, mas que seja pensadas soluções integradoras, que busquem enfrentar estes desafios que se fazem presente pela falta de equipamentos, se faz necessário que haja uma intersetorialidade entre a política habitacional e as demais políticas além de uma abordagem socioterritorial, passando a levar em consideração a construção de conjuntos habitacionais que subsidiem não somente produção quantitativa de imóveis, mas moradia, com qualidade de vida. Um bom projeto é aquele que consegue dar resposta a todas as carências que o diagnóstico da comunidade apresenta (Magalhaes 2010).

2.3. Desígnio do trabalho social na Política Habitacional

Um importante fator implementadas a Habitação de Interesse Social (HIS) através de ações antes durante e pós-obras habitacionais contribuem para efetivação de direitos dentro da política habitacional, tais ações são denominadas de trabalho social, e ancoram-se por meio de uma estruturação que foca na política habitacional, fazendo uma intersetorialidade com as demais políticas de desenvolvimento social, sobretudo a política de assistência social.

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2014, p. 5).

As primeiras formas de inserção do trabalho técnico social ocorreu associado aos programas de HIS que subsidiava a construção de casas para população de baixa renda desenvolvidas nas áreas das COHABS, onde profissionais da área do Serviço Social⁸ eram inseridos para administrar os espaços ou equipamentos comunitários ,

⁸ Desde os anos 1960, observa-se a presença da interdisciplinaridade na composição das equipes, restrita aos profissionais da área de humanas, incluindo especialmente sociólogos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. No entanto, é significativa a predominância dos profissionais da área de Serviço Social que trazem para esta atuação referências teórico metodológicas e compromissos ético-políticos, construídos pela profissão num movimento de luta contra as bases conservadoras e tradicionais da profissão, (Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação).

acompanhar as questões relativas a inadimplência dos mutuários ⁹ e organizar associações de moradores dentro dos conjuntos habitacionais. O trabalho social deste dado momento consistia em um caráter mais administrativo do que social diante das demandas apresentadas em lócus. O recursos para execução de tal atividade eram pagos pelos próprios mutuários através do (TAC) que correspondia a uma taxa embutida no próprio valor do financiamento que era destinava a manutenção do conjunto habitacional e pagamento dos profissionais que atuavam nesta área.

O trabalho social desenvolvido visava o acompanhamento aos trabalhadores, desde a constituição da Cooperativa Habitacional, a contratação e execução das obras dos conjuntos habitacionais até a mudança para a nova unidade habitacional. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

Diante deste dado momento histórico da política habitacional, o trabalho social era incorporado a demais programas, institutos e serviços correlacionados a área habitacional a exemplo do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs) que incorporou o trabalho da equipe social com o intuito de gerir e administrar os programas de cooperativas habitacionais existente em todo o país e que eram constituídas pelos trabalhadores sindicalizados contribuintes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A equipe técnica tinham por objetivo orientar as cooperativas habitacionais, através de elaboração de projetos, regularização jurídica e fundiária, seleção dos candidatos, construção e entrega das obras e assessoria técnica e social.

Em 1972 ocorreu a realização do 1º encontro da INOCOOPs constituindo um importante marco para o trabalho técnico social, pois sinalizou o compromisso do banco nacional de habitação - BNH em subsidiar suporte para o trabalho social de seus agentes abrindo espaço para estruturar equipes definir diretrizes e arcabouço metodológico o trabalho social na habitação bem como a criação do Subprograma de Desenvolvimento Comunitário (SUDEC) através da resolução 40/75 que propicia a institucionalização do trabalho social nos vários programas geridos em escala nacional. (Paz & TABOADA, 2010).

Diante de tais avanços, o trabalho social que antes era realizado como uma atividade de caráter “mais administrativo” dos conjuntos habitacionais passa a ser compreendido como uma contribuição para que os mutuários reconheçam-se como

⁹ Mutuários: Moradores dos conjuntos habitacionais.

cidadãos e protagonistas diante do contexto habitacional conhecendo seus direitos e deveres e participando ativamente do processo. Desde este momento o trabalho social vem firmar compromisso com a participação cidadã contribuindo para que haja socialização de informações inclusão social e efetiva participação popular dentro da política habitacional.

Com a implantação do Ministério das Cidades em 2003, o trabalho social passa a ser exigência em todos os programas que possuem recurso do órgão, sendo inserido em diversos organismos públicos e em diversos programas habitacionais.

O Trabalho Técnico Social (TTS) objetiva a promoção da inclusão social, acesso a cidade e aos serviços públicos estimulando uma participação cidadã da população afim de que sejam efetivo nas ações no que se refere a sustentabilidade social e no enfrentamento das desigualdades. Toda as regulamentações do trabalho social são regidas pela Portaria nº 21/2014 contemplando todas as fases de realização do trabalho social.

O TTS e composto por quatro fases de execução compreendidas em Pré obras (pré contratação) período de obras, pós obras e pós período de ocupação, recebendo nomenclaturas distintas tais como PTS-s, Projeto de trabalho Social Preliminar (1ª fase) do projeto, PTS Projeto Técnico Social (2ª fase), e o PDST- Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (3ª e 4ª fases).

O **PTS Preliminar** consiste em um documento que caracteriza em geral a área de intervenção, pontuando a população beneficiaria, as atividades de intervenção físicas no local e pós objetivos do trabalho social sendo apresentado para aprovação o Agente Operador/Financeiro tendo como órgão competente a caixa econômica federal, constitui assim a primeira fase do Trabalho técnico social onde ocorre o processos de contratação e o acesso e socialização de informações para os beneficiários, sobretudo as referentes a ocupação dos empreendimentos habitacionais. (Caderno de Orientação Técnico Social, 2013).

O **PTS** contempla a construção de um diagnóstico que especifica dados importantes que servirão de base para execução das fases posteriores bem como as atividades de que serão desenvolvidas pela equipe social na fase de ocupação e de pós ocupação. Estes dados contemplam o perfil dos beneficiários, a área de intervenção e define metas e objetivos a serem alcançados durante e após a execução do PDST. Nesta fase ocorre o desenvolvimento de ações que contemplem conteúdos

como educação patrimonial e ambiental, planejamento gestão do orçamento familiar geração de trabalho e renda etc.

O **PDST** abrange a terceira e quarta fase do trabalho social e é propriamente o momento de execução de todo o projeto de trabalho social.

O PDST é elaborado a partir da consolidação do trabalho social em campo, da mobilização comunitária e das articulações intersetoriais efetivadas, visando à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e à integração territorial dos beneficiários (Brasil 2014. Ministério das Cidades).

Podendo ser executado por equipe própria que contemple o quadro de funcionário Durante a execução do PDST ocorre um contato maior com a população beneficiária das políticas e programas habitacionais, no qual serão executadas as ações propostas nas fases anteriores, constituindo a realização de atividades como plantão social, esclarecimento sobre o andamento das obras (pré ocupação) ou sobre questões referentes a inserção no novo território habitacional (pós ocupação) explanação sobre os direitos e deveres dos moradores, identificação e encaminhamentos de demandas ¹⁰, contempladas como atividades que tem natureza político-institucional e socioeducativa, englobando múltiplas dimensões complementares: planejamento, articulação e integração das ações públicas, trabalho direto com a população e no território, supervisão, monitoramento e avaliação (RAICHELIS, OLIVEIRA e PAZ, 2006).

O Trabalho Técnico Social é de responsabilidade do Poder Público local onde está sendo executado o empreendimento da prefeitura local (poder público ou através de concessões a empresas terceirizadas que tenham em seu quadro funcional um profissional com experiência e formação compatível ligadas ao desenvolvimento comunitário seguindo as regras definidas na Lei No. 8.666/1993.

O principal objetivo do trabalho social é:

Viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo que favoreça a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e condominial e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao

¹⁰ Durante esta fase de execução do trabalho técnico social, a realização de encaminhamentos de demandas deverá subsidiar também a articulação com outros serviços não estando limitado somente a política habitacional, mas se faz necessário articulação com as demais políticas públicas, sobretudo a de assistência social, pois contribuem para a diminuição das desigualdades sociais e contempla a busca pela efetivação dos direitos sociais.

trabalho e a melhoria da renda familiar. (MCIDADES, Anexo II, IN 08/2009, p.3)

Diante da análise do sobreposto correlacionados também as vivencias próprias na execução do PDST no conjunto são Sebastiao II, clarifica a ideia de que a função lógica do trabalho social consiste em um conjunto de ações desenvolvidas como forma de “transformar” o beneficiário ou fazer germinar novos aspectos de cidadania, sem levar inicialmente em consideração que tais cidadãos traz vivencias de suas antigas moradias e ideais construídos que muitas das vezes não estão passíveis a modificações. Vivencias rotinas, em uma nova maneira de ver e apreender a realidade do novo habitar. Traz consigo uma ideia falha de psicologização da população beneficiaria dos programas habitacionais de interesse social contradizendo o as reflexões de Paz, 2008 sobre o caráter socioeducativo do trabalho social pois, deixa-se de analisar temas e questões subjetivas (que muitas vezes são refletidas no descontentamento ou impacto inicial com a rotina do novo habitat) e passa a constituir praticas educativas que estão impregnadas de sentidos disciplinadores, voltadas para o enquadramento social dos trabalhadores pobres às novas necessidades criadas pela modernização capitalista.¹¹

Dentro do trabalho social percebe-se que umas das principais demandas apresentadas correlaciona-se a perda de identidade territorial (Pré determinada) e impacto diante do novo território, pois as pessoas trazem vivencias, historias, situações que as muitas das vezes não se encaixam ou não se padronizam diante de certas situações, a população principalmente as beneficiárias de programas sociais trazem consigo demandas postas, demandas que carecem de respostas e que muitas das vezes acabam por entrar em conflito com as trazidas como proposta de execução do trabalho técnico social , na qual parece queres colocar que em um primeiro momento que as pessoas possam se adaptar instantaneamente ao novo habitat, ao território, sem questionamentos, sem sofrimentos diagnosticado pelo rompimento dos vínculos sociais do sentimento de pertença aos lugares que antes lhe eram mais familiares, pois em um momento inicial, há uma quebra total de conexões, de rotina, de ambientação, e para muitos se torna difícil a adaptação em um novo lócus, espaço,

¹¹ Tal posicionamento em relação a modernização capitalista, compreende a questão de aceitação do novo território, pela falta de alternativas e também pela oportunizarão que as habitações de interesse social trazem ao capitalismo. Os espaços são segregados, distante dos centros urbanos, do ciclo rotineiro padrão do restante da cidade e isto favorece em certo modo o capitalista, a população tende a busca novas formas de sobrevivência, novos recursos para subsidiar sua necessidades básicas

território, que em sua maioria trazem não se realiza como uma mudança estruturada, mas desestruturada e complexa explicada justamente por esta quebra de vínculos territoriais, que de uma forma ou outra acarretam um sofrimento emocional, psicológico e também social.

Outros questionamentos pertinentes a execução do trabalho social consiste em um a quebra no processo de diagnóstico e implementação dos conjuntos habitacionais em espaços segregados nos quais não possuem inicialmente infraestrutura mínima, recursos e equipamentos básicos locais disponíveis a atender as demandas da população, dificultando a concretude do conjunto de direitos sociais (já que não há condições de materialização de tais políticas diante do novo território).

O conhecimento da realidade é dinâmico e se dá em todos os momentos do trabalho social, devendo conter estudos específicos como: socioeconômicos, organizativos, estudos do território (serviços, equipamentos, e organizações sociais) e deve se articular com os estudos físicos, urbanísticos, jurídicos e ambientais (MINISTÉRIO DAS CIDADES 2010).

Diante de tal colocação aponto como uma falha no diagnóstico territorial, sobretudo a partir da análise do conjunto habitacional São Sebastião II, a falta de equipamentos, serviços e organizações sociais básicas, havendo uma desarticulação (apontada como falha no diagnóstico territorial) entre o físico urbanístico, jurídico e ambientais, Os projetos habitacionais do PMCMV deveriam ser inseridos numa prática de planejamento urbano através da identificação do local de sua execução e, por conseguinte, executados e complementados serviços que garantissem aos seus usuários acessar a malha urbana e serviços específicos (SILVA; BULLA, 2014). A partir de análises de relatos e depoimentos dos beneficiários podemos afirmar que em todos os aspectos acima referidos há uma notável falha, que dificulta assim a realização de intervenções totalmente eficazes diante de tal contexto.

Diante de toda a visão do trabalho social pode se denotar que o mesmo apesar de se colocar como um processo socioeducativo e de contribuem para a construção dos sujeitos o mesmo ainda tem um traçado caracterizado pela coesão social e a busca pelo controle da ordem (inicialmente pode ser entendido como um acalmar de animo diante do novo espaço de moradia).

Pelo fato de ser um planejamento prévio (pois muitas das vezes o Projeto de trabalho social é construindo muitos anos antes da execução do mesmo) acabam sendo ineficaz na busca por construção/formação e efetivação de sujeitos

protagonistas , pois caracterizam-se mais como instrumentos de controle ´para que a população se adeque ao que foi planejamento ao invés de ser uma adequação planejada para população, há uma certa inversão da lógica, o que contribui para que a política habitacional sobretudo o trabalho social tenha um caráter controlador e não de inclusão real.

Existe uma certa falha diante da dimensão habitacional, na qual faz observar a habitação sendo somente casa, abrigo, e não o conjunto integrado que contemple bem estar, proteção, e integração com saneamento transporte e demais serviços e equipamentos, que desenvolvidos para que haja a moradia digna, a uma certa descentralização de todo este complexo, e a falta de um destes componentes compromete sim a qualidade de vida da população.

Levando em consideração o caráter relacionado a geração de trabalho e renda, podemos pontuar aspectos positivos no qual busca consolidar capacitações, formação que venham a qualificar os beneficiários para o mercado de trabalho, ou complemento da renda familiar o que poderá propiciar condições para que haja um melhoramento da qualidade de vida dos mesmos.

As atividades desenvolvidas influem positivamente na sociabilização dos próprios beneficiários, que passam a conhecer melhor as pessoas que habitam o mesmo territórios, desenvolvendo a criação de convivência comunitárias e fortalecimento de vínculos sociais, o que coincide com o conhecimento e desenvolvimento de algumas potencialidades locais¹². Diante desta ótica o trabalho social possui uma orientação ética e política: democrática, educativa e organizadora, que incentiva a participação, a ação coletiva da população, o exercício cotidiano do protagonismo cidadão, socializando informações, investindo na capacitação dos sujeitos a apropriação de novos valores e conceitos de morar e conviver no espaço urbano (RAICHELIS, OLIVEIRA e PAZ, 2006).

A principal dificuldade em relação ao processo de execução das ações está relacionado ao envolvimento dos próprios beneficiários, tanto pelo fator de desinteresse em participar das atividades e ações ofertadas, tanto pelo fato das atividades coincidirem com o horário de jornada de trabalho de alguns beneficiários,

¹² Potencial locais, ligadas ao desenvolvimento de rede de comunicação, desenvolvimento de mercado informal de negócios locais, conhecimento de habilidades e potencialidades dentro do próprio território do conjunto habitacional.

sendo necessário busca de alternativas que visem adequar algumas atividades nos horários disponíveis aos beneficiários.

Vale pontuar o caráter seletivo que adentra a política habitacional sobretudo o trabalho social no qual já vem, intrinsecamente determinado no próprio projeto de trabalho social preliminar, seja eles por questões de valores financeiros, que são determinados, não podendo ser excedido na realização de tal atividade, o que requer planejamento prévio e acaba por restringir a participação da “Família beneficiária” apenas a participação do beneficiário titular em algumas atividades (sobretudo nos eventos realizados contidos na execução do trabalho social).

Diante de muitos prós e contras acerca do planejamento e execução das fases do trabalho social na política habitacional, se existe o comprometimento da equipe multidisciplinar, e incentivos para realização e adequação das atividades previstas no projeto, pode sim ter bons resultados diante da execução do trabalho social, sendo possível contribuir para que haja impactos que perdurem e contribua na melhoria da qualidade de vida e no cotidiano das famílias do conjunto habitacional, considerável como fator positivo na busca pela efetivação do direito habitacional, contemplado não somente como direito a ter abrigo/lar, mas constituído como um conjunto de situações que agreguem bem-estar e que subsidiem condições dignas de moradia diante do novo território.

CAPITULO III: INTERPRETAÇÃO E ANALISES DOS DADOS.

3.1 Veredas Metodológicas

A metodologia é parte crucial de uma pesquisa acadêmica, por meio dela norteia-se toda a estrutura do trabalho, dando subsídios para que esta seja desenvolvida da melhor forma possível, contribuindo para chegar aos resultados que se deseja alcançar deste pressuposto Lênin (1965) que afirma que "o método é a alma da teoria" (p. 148), distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

Através da metodologia é possível escolher quais instrumentos, técnicas a utilizar, o tipo de pesquisa e quais os materiais que serão utilizados, servindo de base para obter resultados positivos diante da pesquisa acadêmica, contribuindo significativamente para traçar metas, responder questionamentos e hipóteses e chegar ao objetivo da pesquisa.

O Estudo desenvolvido foi permeado por pesquisa bibliográfica e de campo, bibliográfico por seu caráter de pesquisa e discussão com diversos autores o que contribui para um melhor desenvolvimento do debate acadêmico no qual destina-se a questionar e saber se houve melhoria da qualidade de vida dos beneficiários após o recebimento das unidades habitacionais. De campo, pois teve conhecimentos que foram analisados em lócus e entrevista que contribuiu para o alcance do objetivo desejado.

A pesquisa tem caráter exploratório, pois busca segundo Andrade (2003) proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, além de ter a possibilidade de descoberta de um novo enfoque para estudar determinado assunto.

O método utilizado foi o quali-quantitativo, pois a pesquisa qualitativa é complexa, permite diversidade e flexibilidade, abrigando tendências diversas apoiadas também em raízes filosóficas. A modalidade de pesquisa quali-quantitativa "interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)" (KNECHTEL, 2014, p. 106).

A pesquisa desenvolveu-se no conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida São Sebastião II em Juazeiro do Norte. Contemplando com base no que traz Minayo

(1992), concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

O conjunto habitacional foi inaugurado em 19 de Maio de 2017 e localiza-se no Bairro Brejo Seco no município de Juazeiro do Norte, sendo divisas com o bairro Aeroporto, Betolândia e Novo Juazeiro. O conjunto possui 448 famílias beneficiárias, sendo este o universo da pesquisa e tendo como amostra 5% das famílias beneficiárias.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

O instrumento escolhido para coleta de dados foi a entrevista, visto que é o procedimento que diante dos objetivos da pesquisa, foi considerado como a melhor forma de possibilitar uma maior aproximação com a realidade dos fatos estudados, contribuindo para, observar e interagir com o objeto de pesquisa, alinhando e entendendo os fatos apresentados nas falas dos sujeitos entrevistados

O coleta de dados, estruturou-se por meio da entrevista semiestruturada, pois através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (MINAYO 2001). A entrevista aplicada conteve nove perguntas, sendo uma fechada e oito abertas, sempre levando em consideração a ética e a individualidade e o respeito dos sujeitos entrevistados.

Através das respostas obtidas por meio das entrevista contribuíram para embasar as hipóteses nos quais foi levantada inicialmente, fazendo uma interlocução com autores que trazem em suas discussões as temáticas acerca das questões habitacionais, sendo de extrema importância para possibilitar um melhor entendimento do assunto debatido em meio a esta pesquisa acadêmica.

3.2. Habitação, o lúdico e o crítico, a dicotomia entre o sonho e a realidade, o direito assegurado daqueles que não os tem!

Diante deste capítulo, é necessário retratar a política habitacional em especial o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), descontextualizado de sua “padronização” ou digamos em sua real versão, aqui será retratado as visões sob a ótica popular, em palavras mais exatas buca retrata a Casa/habitação entre o sonho e a realidade, entendida por quem de fato é alvo das políticas e programas habitacionais, a população.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (Ítalo Calvino, 1990).

O sonho da casa própria e a realidade de muitos brasileiros, tal sonho e permeado pelos seus aspectos materiais e imateriais, concreto e abstrato, a realidade compõe-se e tem distintas significâncias diante de uma mesma sociedade no qual o termo casa é atribuído a amplos sentidos que difere em suas interpretações, ressalta-se que:

Em seus aspectos simbólicos sobre a ótica de Jorge(2005) em uma casa não é uma tenda?

“A casa será, pois em certo sentido o principal documento da linha histórica pessoal, uma imagem que me retrata e cujo estatuto representativo eu reconheço - aliás, cujo estatuto representativo eu exploro em diversos sentidos, o principal dos quais será o simbólico” (p244).

E em seus aspectos materiais diante da visão de Azevedo 1987.

A complexidade da produção e do consumo, insere-se ainda, efetivamente no seio da dinâmica que envolve o ato de habitar, por ser necessário não só a estrutura física da casa, mas ainda as infra-estruturas de acessibilidade, saneamento, segurança dentre outras (p11).

E sobre a moradia que se permeia a vida e suas vivencias cotidianas, e sobre o teto que se entende o resguardar, o proteger, entre quatro paredes a vida acontece, sobre o chão, sobre o piso, sobre a terra é erguido as colunas da família, e é a partir da construção de cimento e tijolos que se permite construir e solidificar valores e princípios. E a casa é o lar, são duas coisas, e são uma

só. E diante delas o direito efetivado ou direito violado restringido, cerceado, parcialmente colocado.

E a moradia? Contextualiza-se entre o concreto e abstrato, entre o ser e o ter e diante de tudo isso, o que significa habitar?

Habitação com boas razões, é uma das principais reivindicações da população pobre das cidades do país. É o fulcro no qual se apoiam todas as demais atividades da população. Educação, saúde, famílias social e economicamente integradas, amor, sexo e todas as demais necessidades para a fruição da vida saudável dependem da possibilidade de morar decentemente. E a população pobre sabe disso mais do que os melhores textos de sociologia, antropologia, psicologia social e demais disciplinas afins" (CHERKEZIAN E BOLAFFI, 1998).

A necessidade de ter uma casa sem seus aspectos de abrigar e proteger é uma necessidade instintiva do ser humano, na qual a partir dela sente-se melhor preparado e amparado também, para que possa viver (ou enfrentar a vida) em busca de melhores condições de sobrevivência, e de qualidade de vida. O direito à moradia passa a ser um direito inerente a pessoa humana, assegurada através da Organização das Nações Unidas – ONU, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

IMAGEM 01



Fonte: <http://www.cantacantos.com.br/blog/?p=8284> Como é dito no artigo 6º da Constituição do Brasil: "Todo brasileiro tem direito a moradia" mas não é sempre assim que acontece, como mostra na charge acima, que ironiza a realidade de pessoas vivendo sem moradia digna.

IMAGEM 02



Charge 2 <https://extrapauta.com.br/charge-moradia-alem-do-papel-e-direito-do-cidadao/>

No Brasil o direito à Moradia é “assegurado” através do mais importante instrumento legal que regulariza os direitos sociais, a Constituição Federal. Sobre a luz da constituição a moradia é pontuada no Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Através deste artigo da referida constituição e assegurado não somente o direito à moradia, mas o rol dos direitos sociais que interligados deveriam assegurar Cidadania e dignidade. A charge ironiza tal fragmento, “Todo brasileiro tem direito à moradia” mas não é sempre assim que acontece, há inúmeras pessoas vivendo em situação de rua, e muitas podem ter até um teto, mas que não contemplam sequer condições dignas de morar.

Os avanços ocorridos na legislação de direito à moradia a partir da Constituição de 1988 não se traduziram em avanços concretos nas condições de habitação e acesso a serviços urbanos da população brasileira Ainda existe no País um conjunto de necessidades habitacionais não satisfeitas, que configuram violações do direito à moradia, afetando, sobretudo, as camadas mais pobres da população e os residentes em assentamentos humanos precários. Nas zonas urbanas brasileiras ainda há 54,6 milhões de brasileiros que convivem com pelo menos um tipo de inadequação habitacional" (IPEA 2009)

E notável que existem programas que subsidiam expressivos números na construção de moradias, mas que ainda está muito distante de ser real efetivador do direito à moradia, explicado tanto pelo fato de o déficit habitacional ainda ser grande, quanto pelo fator da moradia ser contemplada por tais programas, apenas como produção quantitativa de casas, sem levar em consideração a moradia digna e de qualidade. Os anseios da população, sobretudo aquelas que estão em situação de vulnerabilidade ou baixa renda não buscam apenas por papéis e números, mas sim por direitos e garantias que infelizmente ainda estão distantes de ser totalmente alcançados.

IMAGEM 03



Ampliação ou restrição dos direitos?
Tal dicotomia, que é difícil de entender, quando é ampliado um direito o outro direito deixa de o atender?!

Chargista: Sinovaldo, 2011.

Fonte: <http://blogdomarcelogomesfreire.wordpress.com/2011/05/25/portaominha-casa-minha-vida/>

Tal dicotomia é explicada em contexto a adentrada da população ao Programa Minha Casa Minha Vida, onde é efetivado o direito à moradia, através do facilidade no financiamento dos imóveis, por outro lado, a construção dos empreendimentos em locais segregados, dificulta a efetivações de outros conjuntos de direitos, tais como saúde, lazer, mobilidade urbana, ou seja um direito em detrimento do outro, se tem acesso a casa/habitação mas restringe-se o direito ao conjunto básico que pode assegurar mínima qualidade de vida, além de constituir novos territórios de guetificação¹³ e segregação social (ROLNIK, 2014, p1).

Conclui-se diante de tais posicionamentos, que embora a realidade e o sonho sejam visto sobre óticas antagônica, quando contextualiza-se o aspecto Casa e habitar em seus sentidos concretos e abstrato os termos se tornam uno,

¹³ Processo de Segregação; de discriminação quer seja por cor, Raça ou etnia; acepcionismo;” apartaids, entre outros.

exemplificando melhor através do que nos afirma HEIDEGGER 1954, O lugar e a morada nos sussurram, nos colocam ideias e pensares que são determinados exatamente por eles, o lugar e casa nos falam quando estamos plenamente 'situados' nele. A fala do mundo. Assim, por essa via de pensamento podemos chegar ao pensamento de que o lugar, a casa nos constrói; não são somente construímos, mas eles nos constroem, numa simultaneidade paradoxal de espaço tempo.

3.3 MORADIA. O CONCRETO E O ABSTRATO, SE ESTENDEM MUITO ALEM DO TETO

Diante do processo de construção da pesquisa e da temática apresentada, a interpretação e análise dos dados obtidos realizou-se por meio de observações quali quantitativas que de acordo com Gil 2007:

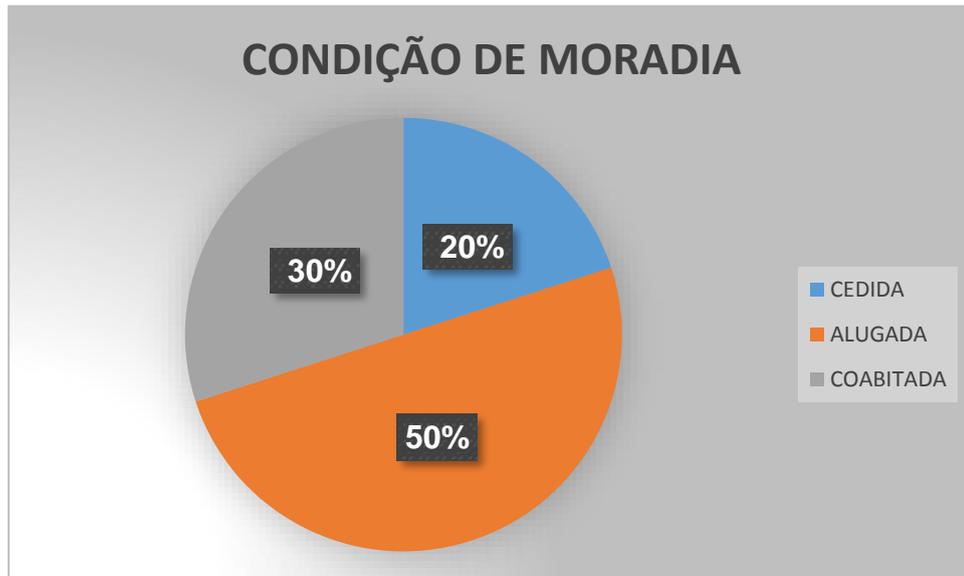
A análise tem como objetivo, organizar e resumir os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL 2007, p168)

As análises quantitativas serão expressas por meio de gráficos. Os dados coletados em sua subjetividade serão analisados e interpretados com análise discursiva com os saberes adquiridos na construção dos conhecimentos e na formação de opinião.

As entrevistas estruturaram-se através do norteamo de perguntas em que pudesse permitir uma análise acerca do pré-recebimento, o pós recebimento das unidades habitacionais e uma interligação pela ótica dos beneficiários e moradores do conjunto habitacional de como os mesmo vem futuramente a comunidade e as suas vidas diante do território no qual habitam hoje.

ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM RELAÇÃO A CONDIÇÃO DA MORADIA ANTES DO RECEBIMENTO DA UNIDADE HABITACIONAL

GRAFICO 01



Fonte: Primária

No gráfico 1 temos a apresentado a condição de moradia dos beneficiários antes de serem contemplados com a unidade habitacional do Programa Minha casa Minha Vida (PMCMV), foi perceptível observar que as famílias residiam antes em domicílios alugados, sendo estes 50%, destes 30% residiam junto a familiares de primeiro grau (Pais avós ou irmãos) configurando assim condição de moradia coabitada que são representadas - famílias conviventes no mesmo domicílio, tendo uma delas intenção de constituir um domicílio exclusivo (NETO,2017) os outros números correspondentes a 20% indicam as porcentagens dos beneficiários que antes residiam em domicílios cedidos por terceiros.

Podemos considerar a partir de tais análises que as famílias em sua maioria viviam em domicílios alugados, e que comprometiam consideravelmente os gastos e despesas das famílias, as que residiam em domicílios cedidos ou coabitados refletem além da condição de domicílio, uma expressiva questão social, na qual as famílias não tinha condições de se manter ou prover totalmente suas condições básicas de sobrevivência, ficando à mercê da ajuda e solidariedade de seus familiares.

Todavia devido ao encarecimento da terra urbana e da moradia nem todos tem acesso a esse bem, haja vista que a terra é uma mercadoria e tem um preço que é definido pela propriedade, pela capacidade de pagar de seus compradores e não pela sua produção e desta mercadoria se obtém renda (RODRIGUES, 1991).

Por meio das análises das Condições de moradia antes da adentrada de tais famílias ao PMCMV, e diante dos relatos observados durante o processo de coleta de dados e possível pontuar que as famílias em sua maioria estavam em situação de

vulnerabilidade e de baixa renda, não possuindo condições mínimas de obter por meios próprios, ou seja pela sua situação econômica e social, o financiamento ou maneiras de adquirir um imóvel próprio, sobre este aspecto SMOLKA (2003) defende que o elevado preço da terra urbanizada também é um agravamento no acesso à terra/moradia para os mais pobres. Muitos relatos dos entrevistados contemplavam em suas falas que se não fosse o PMCMV, o sonho da casa própria provavelmente nunca seria realizado, tendo em vista suas condições econômico-financeiras versus os altos custos do mercado imobiliário.

Dentre as perspectivas analisadas durante a pesquisa as perguntas a seguir traduzem os questionamentos acerca do melhoramento da condição de vida após o recebimento das unidades habitacionais, considerando (...) uma dimensão que abarca tanto as relações dos moradores de uma casa com seus vizinhos, quanto às relações desses moradores com a sociedade e os equipamentos sociais e de serviços - escolas, creches, postos de saúde, transportes, abastecimento, etc. - que eles utilizam na sua vivência cotidiana (BRASIL, 2014, p.26) obtendo a partir destes as seguintes respostas.

E5. Melhorou porque era 480 que eu pagava de aluguel fora água e luz né, melhorou, melhorou, porque as despesas e mais pouca eu pago quarenta conto pra 480, agora eu tô comendo carne, antes era só ovo, quando tinha.

E10. Mil, 100% de melhoria, primeiro porque agente que tem filho, nem casa de mãe num presta, tudo incomoda você se sente de fora, era abusados com meu filho, eu sofri um bucado, ai hoje vivo no céu, graças a Deus e porque as condições financeiras era tão pouca que eu nem sonhava em ter, comprar uma casa foi um presente de Deus em minha vida e lula fundou esse projeto pode e falar mal do PT, mas eu agradeço.

E12. No meu modo de ver sim, saiu do favor né, cê morar de favor sabe como é, que não é para sempre e você morar no que é seu e melhor ainda, sente mais à vontade faz o que quer. Não tem familiar, nem nada se sabe como eu quero dizer né?

E20. Melhorou, melhorou em tudo, só em eu sair do aluguel.

Dentre as entrevistas somente dois entrevistados responderam que não houve ou houve parcial melhoria da condição de vida, após o recebimento da casa.

E7. Não. Porque muita coisa desmoronou, em relação a preço de custo, e energia água, a gente tá pagando valores que era aluguel lá embaixo. Aqui mesmo tendo comércio com dois freezer eu pagava 160 reais, agora pago 250 reais a luz pagava 8 reais agora veio 58 reais, não tá adiantando fica o preço do aluguel sem contar a distância vocês e distância de família de amigos, você se prende aqui ficou uma prisão pra gente.

E9. Sim em alguns pontos sim, melhorou em relação a moradia, a casa e melhor do que a que eu morava, e pq tudo fica mais distante, tudo o que vai fazer fica mais distante.

As respostas obtidas refletem a satisfação das pessoas que consideram que houve sim melhoria de vida após inserção no PMCMV e recebimento das unidades habitacionais. Um dos fatores que resulta nesta satisfação por parte dos beneficiários, refere-se a diminuição do orçamento familiar, visto que há perceptível diminuição do valor que era pago com aluguel para o valor pago pelo financiamento da casa, contemplando que ao desprender-se do aluguel a família estar com parte do seu orçamento “livre” que pode ser destinado a outros bens de consumo. BOLLAFFI 1982; AZEVEDO 1982; PERUZZO 1984.

Outro questionamento foi sobre o motivo que levou a se inscrever no Programa Minha Casa Minha Vida.

E9. Como a casa que eu tava era cedida eu não tinha garantia por quanto tempo ia morar lá e o medo de ficar na rua ou pagar aluguel.

E12. A necessidade da casa, a necessidade grande, necessidade, não tinha condições de comprar uma casa.

E10. As condições financeiras que não tinha pra comprar uma casa.

E15. A precisão era grande pois morava na casa de um na casa de oto, e hoje tenho a casa pois e nosso, minha, das minhas filhas, da família.

E17. Porque eu não tinha casa, nunca tive casa, desde 15 anos que eu pago aluguel ... num era pai, nem mãe era eu mesmo que trabalhava para pagar aluguel.

E18. A necessidade de ter uma moradia, pois tenho três filhos pequenos e era sozinha, o dinheiro era pouco, a renda baixa e quando eu vi a oportunidade de ter uma casa, Nossa! Fui, foi uma esperança muito grande.

Diante das análises dos dados obtidos, todos os entrevistados relatam que o motivo de se inscrever no PMCMV, estava relacionado a necessidade ou ao sonho de ter a casa própria, de ter “um lugarzinho” seu, para sair da condição de coabitação familiar ou para ter segurança em um lugar de sua propriedade, visto que muitos que relataram viver nestas condições de moradia sentiam extrema insegurança em relação ao futuro e a angustia relacionada a não ter condições de prover ou custear os valores dos domicílios em que antes residiam. Ressalta –se diante das narrativas o papel da moradia na construção de representações sociais ligadas a núcleos de significado (PELUSO, 2011). Onde a casa própria seria um importante e significativo caminho de construção da identidade dos moradores/beneficiários.

Foi indagado sobre a expectativa gerada durante o processo de seleção das unidades habitacionais,

E10 Ave Maria era grande, rezava todo dia foi quando eu comecei a sonhar em ter uma casa foi quando fiz o cadastro, quando tinha cadastro eu corria pra atualizar, mas nunca briguei, nem montei barraco, esperava e confiava em Deus, esperei 8 anos porque não posso esperar mais dois né?

E12 A emoção foi grande demais até o fim, num tem um jogo, um jogo que você torce prum time, até o final, só acabo ou ditame quando nos recebemo a chave só no final do jogo mesmo, mas a expectativa a emoção era direto, toda entrevista a emoção era grande Até o final ave Maria tu e doido, só acreditei quando recebi a chave entrei dentro da casa ai o sonho realizou, realizado.

E16. Muita ansiedade e confiava em Deus que ia ser sorteada.

Foi perceptível, tanto nas falas, quanto no relato e nas expressões faciais dos beneficiários durante o procedimento das entrevistas que os mesmo estavam felizes e satisfeitos em serem contemplados através do programa habitacional, muitos deles ao ser questionados sobre a expectativa durante o processo, Relatavam apenas do período momentâneo em que souberam que foram contemplados com a casa, dando a perceber que diante de todo o processo o sentimento de angustia, expectativa, foram totalmente superados pela singularidade do momento de exultação e alegria por estar finalmente mais perto de ter realizado o sonho de possuir/financiar a casa própria. A construção dessa identidade está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e a ligação desses vínculos emocionais e de pertencimentos ao entornos significativos para os moradores (CAVALCANTE e MOURÃO, 2011).

Diante dos relatos podemos perceber que o processo de seleção do referido programa habitacional, reflete sobretudo um processo permeado de muita ansiedade dentre os participantes, podendo notar também que o processo de seleção e bastante demorado, sendo respaldado pelas falas dos entrevistados.

E9 Ansiosa, muita ansiedade, passei foi mal (Rrsrsrs) foi mais de ano, fiquei foi doente, pois fiquei com muita ansiedade, por muita expectativa em receber a casa, foi isso que eu ficava pensando.

E11 Mulher, era de felicidade ao mesmo tempo muita ansiedade, mais ou menos 10 anos do início até a entrega.

E13. Foi inesperado, fiz o cadastro em 2009 e quando ganhei foi uma surpresa, pois não estava mas nem esperando, o que 8 anos depois, surpresa devido ao tempo de espera.

E14: *Ave Maria, tava doidinha, agoniada pra sair a casa, foi a melhor coisa vir pro meu canto, ficava num pé e noto pra saber, cheguei até a dormir lá pra saber se tinha ganhado.*

E18. *Meu menino tinha 2 anos hoje ele tem 16, eu tinha esperança, ansiedade, quando a gente recebeu a casa, muita expectativa de estar aqui... chorei, postei foto no instagram mandei pras minhas amigas de São Paulo, - olha postei foto com Camilo, recebi minha casa!*

Em seguida foi indagado acerca da opinião e da satisfação dos beneficiários em relação a Unidade habitacional, obtendo como respostas.

E1. *No local que ganhei achei bom, o local e bom, a estrutura, melhor do que a gente tá pagando, aluguel, o resto a gente consegue depois.*

E7. *O tamanho, o local, os vizinhos e a rua, graças a Deus e ótima.*

E9. *Eu gostei, o tamanho eu gostei, gostei de tudo, na verdade quando a gente quer uma coisa e ganha que tanto tá querendo não vai botar defeito, tem que ficar feliz como que a gente tem.*

E12. *E muito bom, tão bom que já fiz um vão lá, pra quem precisa e bom demais.*

E14. *Fiquei satisfeita com tudo, com o tamanho, achei tudo bom, dentro da casa, até o espaço dentro, na frente e atrás da casa.*

E16. *Sim, mesmo a casa tendo rachaduras mesmo com isso e gratificante descansar, repousar no que é seu.*

E17. *Assim, não e muito boa, tem muito defeito que a gente tem que ajeitar, mesmo com os defeitos estou satisfeita.*

Ao analisar as respostas do item 4 (anexo 1) podemos notar que todas as pessoas entrevistadas relatam estar satisfeitas com a unidade habitacional, suas palavras refletem e simboliza a realização de um sonho. Alguns relataram que ao receber a unidade, a mesma apresentou defeitos ou pequenas imperfeições na construção, mas que mesmo assim estava satisfeita com a casa, e possível observar que as palavras que eles utilizavam eram não somente palavras expressas como respostas ao questionamento, mas foi possível denotar que subjetivamente vinham repletas de emoções e singularidades em seus sentidos, tal categoria analisada está fundamentada em Vigotski (1987, p. 275-6) que define o sentido como: [...] um agregado de todos os fatores psicológicos que surgem em nossa consciência como resultado da palavra. O sentido é uma formação dinâmica, fluída e complexa que tem inúmeras zonas que variam em sua estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto da fala. É a mais estável, unificada e precisa dessas zonas.

As práticas do cotidiano vinculadas ao bairro e ao domicílio, o acesso a serviços, as condições de habitabilidade da moradia e as formas de interação e participação da população são aspectos importantes das condições de moradia, conforme reforça Jacobi (2000), partindo deste pressuposto, foi indagado aos entrevistados suas opiniões acerca da comunidade e a convivência coletiva no novo território em que está localizado o conjunto habitacional São Sebastiao II, obtendo como respostas:

E13. Não vou generalizar convivência, pois passo o dia trabalhando, mas a pouca convivência que tenho não deixa a desejar.

E17. Pra mim e bom eu gosto do pessoal que mora perto da minha casa.

Podemos notar que as respostas foram de forma generalizada e que os beneficiários entendem por convivência o aspecto ligado ao “se dar bem ou não ser dar bem” com os vizinhos colaterais. Apenas dois entrevistados apresentaram uma resposta mais subjetiva em relação à convivência comunitária, analisando os demais moradores em sua subjetividade e a própria identidade local, ou seja, o modo em que a maioria dos beneficiários se posicionam diante de algumas demandas e recursos disponibilizados à população do novo território, outro entrevistado fez comentários e críticas ao novo território, apresentando um olhar mais abrangente que vai além da convivência com os vizinhos e reflete a sua opinião sobre o conjunto habitacional.

E7. Mulher só posso falar daqui dos meus vizinhos, acho boa com os meus vizinhos eu acho boa, mas com os outros e isso há gangues, irmã querendo matar irmã eu acho ruim essas coisas. Tem muita facção aqui envolvida com facção gangue e sem contar que muita gente tá pegando depressão aqui.

E18. Eu acho que aqui as pessoas são acomodadas, tem os cursos o povo não vem, e obrigado as meninas do galpão tá correndo ai atrás pra vim né agente que montar uma associação o povo não quer, não vem pra uma reunião e uma comunidade assim de certa forma acomodada, não são todas as pessoas, mas a maioria é acomodada eu acho tranquilo, sem barulho, não é violento aqui, eu acho que quem morreu aqui e quem devia que poderia morrer em qualquer lugar, e seguro ...

No contexto de análise da comunidade em si e baseado na definição de que território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10), referenciado pelo fragmento citado acima questionou-se a opinião dos beneficiários sobre o novo território, ou seja sobre o bairro em que estão a residir, tal

questionamento surgiu durante o período de estágio extracurricular, onde pude perceber que os beneficiários participantes das atividades do PDST executado naquela localidade sempre teciam críticas em relação ao novo território, pois se viam descobertos de assistência na área de saúde, lazer, segurança, chegando a relatar que estavam jogados ao “leu” que o local dificultava em tudo, seja a transporte, a busca por unidades de saúde, oportunidades e aos demais equipamentos básicos e de serviços. Obtivemos como respostas.

E1 Acharia que precisava mais de médicos, o CEP da rua pra saber onde a gente mora, tem gente que diz que aqui e um sitio ,no postim só tem medico de manhã, consulta à tarde não tem, uma medica pra desse tanto de gente, se adoecer um menino de tarde tem que ir lá pro “psique” estrutura e transporte melhorou bastante tem topic ´só falta entrar os ônibus do Novo Juazeiro praqui pra dentro, a saúde e que tá devagar e as estradas, começaram a creche não terminaram e os estudos dos meninos e que é tudo longe, mas tem o ônibus escolar que vem buscar aqui dentro, mas precisa melhorar as ruas.

E18. Eu acho assim que eles escolhem os locais mais distantes para colocar estas casas, nesse que a gente ganhou teve mais sorte, porque tem transporte, transporte escolar, falta dentista agente de saúde, acompanhamento ne, mas o CRAS está vindo pro galpão, tem a igrejinha católica ali pra gente ir.

E20.Pra mim tá bom, o que faltava já tem que era o posto, pra mim tá bom.

Em um ano de acompanhamento social com estas famílias podemos ver algumas tímidas melhorias chegar a localidade, dentre elas podemos citar a inserção do projeto de desenvolvimento socioterritorial (PDST), onde foram ofertados inúmeros cursos profissionalizantes, oficinas e eventos, a iluminação da praça e da quadra esportiva disponível na comunidade, a chegada de uma “Mini” Unidade Básica de Saúde (UBS) que ainda é fragilizada em seus atendimentos, por ter uma estrutura física bastante pequeno e um equipe de funcionários e horário de atendimento limitada, sendo ineficaz ao atendimento de toda a demanda de 781 famílias residentes nos conjuntos São Sebastião I e II, e a chegada de uma frota de Transporte alternativo que contribui para que haja um pouco de mobilidade urbana entre do conjunto habitacional e o centro comercial da cidade, porém esta contribuição se dá de forma limitada, pois o serviço de transporte só funciona até as 17:30 horas, a noite a população que depende de transporte público fica “ilhada” dentro do conjunto pois o transporte não está disponível no período noturno, nem aos domingos e feriados.

Para Maricato (2015, p.37), este Programa (PMCMV) retomou “a visão empresarial da política habitacional, ou seja, da construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade”.

Ainda em análise deste item podemos notar que há pautas generalizadas, onde a população reivindica área de lazer, com melhoria da praça da comunidade segurança projetos voltados para as crianças e adolescentes ociosos e mais oportunidades de emprego na localidade.

E5. *O que precisa aqui e uma praça que não tem, um lazer pra nos né, que não tem área de lazer, o postim tá bom, o que falta que e uma delegacia uma praça bem iluminada bem bacana, um posto policial, pra gente ir na praça de noite se sentar, conversar ter um forrozim pra nós dançar na quadra, começaram uma creche ai e não terminam apesar de eu não ter filho, mas a creche e bom para os outros num é?*

E10. *Transporte tá bom, Mas deveria ter mais coisa, o posto demorar menos nos exames, a creche pra ajudar a mãe a trabalhar se terminasse seria um sonho, a praça se tivesse uma academia, ajeitasse ali porque os matos tá tomando de conta.*

E15. *Não tenho o que dizer nada mal o importante mesmo e ter a casa que mora dentro, mas poderia melhorar, o postim tá bom, porque antes não tinha, ter um posto policial, creche, escola e utilizar os terrenos abandonados que tem por aqui.*

É notável o desejo da população por áreas de lazer e melhoria da praça do local, visto que a mesma não possui estrutura para que seja utilizada como área de lazer para a população em geral em especial para as crianças que não possuem nenhum tipo de atividades de lazer ou espaço disponível na localidade para que venham a ocupar-se nos momentos de ociosidade.

Foi analisado a respeito da inserção da famílias nos equipamentos sociais locais, visto que esta pergunta poderia responder acerca da efetivação de alguns direitos sociais, das políticas públicas e da existência ou não existência destes equipamentos no território. As respostas foram.

E15 *Em termo de saúde, o posto somos bem atendidos, mas falta dentista, psicólogo, creche, escola não tem, transporte agora tem, tá ótimo sobre isso.*

E6 *ótimo, mas o posto deveria assim, ter mais porque a gente só tem um dia de atendimento que e a sexta e s e dez pessoas, ai quando chega já tá passando eu mesmo too sem meu remédio por causa disso, deveria ter mais dias de atendimento.*

E9 *Questão de lazer aqui não tem nada, e questão de posto, o que eu já precisei de certo eu consegui.*

E12. *Acho bom, a questão do CRAS que vai vir aqui vai melhorar mais agora, mas o posto e bom, tem, escola aqui pertinho.*

E16 *Não tinha, a carência e muita em termo de escola, equipamentos, mercantil hospital, tudo e distante.*

E19 *Estou sendo inserido bem, tá tendo posto, o CRAS vai ser instalado no galpão agora.*

Em sua maioria considero as respostas divergentes, pois de acordo com o pensamento de KOWARICK 2002, o cerceamento do acesso aos bens da cidadania, relacionados ao emprego, aos serviços de proteção social, e também ao aumento da violência, que levam a uma fragilização da cidadania é entendida como perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos, em maior parte das entrevistas os mesmo relatam que há falta médicos, atendimento no posto é ineficaz pra quantidade de pessoas dos conjuntos habitacionais, o CRAS, tem atendimento flexibilizado, mas que já e de extrema importância tendo em vista que toda a comunidade era totalmente descoberta de assistência, mas mesmo assim alguns entrevistados afirmaram que a situação estava boa ou ótima, desestruturando o sentido da pergunta, já que eles possuem apenas uma parcial inserção nos equipamentos existentes e ainda é possível notar que há escassez de outros equipamentos básicos locais.

Os questionamentos pertinentes à como eles avaliam a qualidade de vida após o recebimento das unidades habitacionais e se consideram que houve melhoria da qualidade de vida após receberem a unidade habitacional obtivemos como respostas.

E2. *Com certeza, tudo facilitou porque pago 36 agua vem normal o preço, a luz, só preciso de um trabalho.*

E6. *Melhorou, muita coisa, só em não está preocupada com o aluguel, 300 reais já ameniza.*

E10. *Ave Maria, até demais, muito, Graças a Deus melhorou em tudo mesmo, a começar pelo conforto de tá na sua casa, paga luz, agua direitinho, não é obrigada a tá ajudando quando tá nas casas né, aqui se tiver feijão com farinha eu como.*

E14. *Houve melhoria e muita em relação a tudo, não vou dizer que é aquela vida boa, mas melhorou e muito, eu tando na minha casa estou no céu, melhor coisa que tem.*

E16. *Muito, melhorou, em relação a renda que sobre no fim do mês, dá pra dá mais assistência os meninos.*

É notável que a população reflete a qualidade de vida partir do fator econômico, relacionado a diminuição do valor pago entre os alugueis de suas antigas moradias e o valor simbólico em que pagam pelo financiamento do imóvel, sendo que a a definição de qualidade de vida perpassa muito além da economia na renda ao fim do mês, qualidade de vida abrange significando, além do crescimento econômico, o desenvolvimento social, como educação, saúde, lazer, etc. (PASCHOAL 2001).

Ações exigidas da iniciativa privada são de um padrão mínimo de qualidade, visando a maior margem de lucro. Assim, o resultado é a precariedade dos conjuntos habitacionais, seja pelos materiais de baixa qualidade escolhidos, pela inviabilidade do espaço físico para algumas famílias, e o mais problemático: a localização das habitações. Esse último fator resulta em moradias em uma área periférica, distante dos grandes centros urbanos e com deficiência de acesso ao transporte público e de escassos equipamentos de saúde, educação e lazer. (SOUSA; TEXEIRA, 2015, p. 33).

Cerca de 40% dos entrevistados não consideram que houve melhoria da qualidade de vida, pelo fato do conjunto habitacional ser localizado em área distante que dificulta a mobilidade urbana, contempla escassez de equipamentos e serviços necessários a manutenção da própria vida da população beneficiária e contribui para que haja agravamento de algumas questões sociais, a exemplo da falta de oportunidades de emprego, que já é uma demanda espontânea da sociedade e do modo de produção vigente, tal fato é explicado por ROLNIK (2015) e Amora (2015), que explica que a forma de provisão habitacional predominante ao longo de décadas vem se repetindo na forma de produzir moradia a população de baixa renda – em áreas periféricas onde a terra é mais barata, porque é esvaziada de urbanidade. Tal fato aliado a outras inúmeras dificuldades desta população contribuem para que haja restrição de direitos, exclusão social e dificuldade de inserção na dinâmica social e ao próprio contexto da sociedade urbana, todos estes justificados pela segregação espacial¹⁴, realidade evidente dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juazeiro do Norte.

E1. Melhorou mais ou menos, mas vai melhorar se Deus quiser, vai melhora quando eu fechar, murar, só e ruim porque e longe, adoecer um menino de tarde tem que correr lá pro psique.

¹⁴ A segregação espacial e urbana é quando as classes sociais ficam concentradas em determinadas regiões ou bairros de uma cidade. Essa segregação ocorre em locais onde há uma grande diferença de renda entre os grupos, uns possuem todas as condições de moradia e serviços, e outros não possuem nada parecido.

E7. Não pra mim não pelo custo de água quando a gente vem pagar e 400 centro e pouco e um aluguel lá em baixo.

E15. Ficou afastado, tudo aqui e mais longe, houve pois não pago aluguel e sobra pra melhorar num canto, comprar um móvel pra dentro de casa que precisa.

E19. Dificultou um pouco, pois tudo tá mais longe, emprego tem vez que não tem o dinheiro pra descer si tem que ficar esperando, houve melhoria parcial da qualidade de vida.

Quando analisada como um todo, contemplando os demais aspectos que vão além da moradia de forma concreta analisamos que (...) a questão habitacional que não pode ser reduzida apenas a qualidade da moradia, aspectos importante mas não único, pois implica também a sua localização e os serviços existentes no bairro em que se localiza. A distância em relação aos locais de emprego, constitui aspecto crucial quando se sabe a locomoção em transporte coletivo, atinge frequentemente quatro horas diárias, o que acrescida de uma jornada de trabalho de oito, nove ou dez horas, pode significar grande esgotamento das energias físicas e mentais, Tanto os habitantes de cortiços, das zonas centrais como aqueles que, para escapar dos alugueis, entram na longa e penosa trajetória de atingir sua residência, estão submetidos a um processo que denomino espoliação urbana ¹⁵ (KOWARICK, 1979).

Quando questionados sobre quais as expectativas em relação a comunidade/bairro futuramente e se os mesmos possuem planos de melhoria ou reforma da unidade habitacional, obtivemos as seguintes respostas.

E1. Imagino melhorar mais, ser que nem uma cidade que o povo chama aqui de sitio, nem tem nome, mas vai melhorar, que quero, se eu pudesse melhorava bastante. Tenho planos de organizar, ser uma casa mais segura, só não sei quando.

E9. Desejo que a creche seja construída, funcione e que eu trabalhe nela. Eu sonho em fazer alguma coisa, mas só sonho mesmo.

E15. Que tenha CRAS, uma creche, escola, posto policial porque aqui e muito distante e que melhore mais, tenha nome as ruas, porque ainda não tem, e só rua projetada.

E10. Gostaria que terminasse aquela creche, que o posto crescesse, atendesse mais demanda, porque e só um dia na semana atende só dez pessoas, não tem condições, queria que melhorasse mais o posto, a saúde do brasil e péssima e a educação também.

E14. O futuro dessa comunidade queria que melhorasse mais, muita segurança pra ficar na praça, que não venha só olhar e voltar, botar um

¹⁵ A espoliação urbana constituía uma espécie de "mais valia" peculiar a indivíduos destituídos de direitos de acesso a bens coletivos e garantias cotidianas de sobrevivência.

policial aqui, a comunidade e Boa, mas se tivesse segurança seria melhor ainda, o que queria fazer já fiz que foi murar a frente colocar portão.

As respostas obtidas deixam claro que ainda é necessário que haja melhorias no conjunto habitacional, mas que mesmo diante da falta de recursos e equipamentos e com a parcial efetivação dos direitos sociais assim como são assegurados pela constituição em seu artigo, a população sente-se realizada pela conquista da casa própria, que pelas percepções obtida durante a construção desta pesquisa, denota como uma Grande conquista pessoal, e que simboliza uma subjetividade em sua definição sendo está o que pertence ao domínio de sua consciência. É algo que está baseado na sua interpretação individual, mas pode não ser válido para todos.

O 'novo morar' idealizado para os moradores tem se transformado em uma realidade marcada pelo reforço da segregação e ausência de acesso às políticas sociais, o que tende a agravar os problemas sociais, reproduzindo o padrão periférico de expansão das cidades AMORE, SHIMBO E RUFINO (2015).

A partir das análises postas e debatidas diante das veredas metodológicas desta pesquisa concluo, ressaltando o que verbaliza MONTEIRO & VERAS 2017, Uma moradia adequada constitui-se em um dos passos para a inclusão social e para o combate à pobreza e está relacionada diretamente com a qualidade de vida da população, o seu bem-estar e a equidade social. E uma forma do cidadão se inserir na cidade e na sociedade e um dos passos para garantir a sua igualdade.

Ressalta-se ainda que a política habitacional deve ser contemplada em seus aspectos mais gerais e não somente direcionado a construções de imóveis, e necessário que haja um olhar mais globalizado das situações afim de que se busque efetivar o direito à moradia permitindo também a efetivação dos demais direitos sociais. Se faz necessário que seja contemplada além do papel e que tais políticas buscando mecanismos que possam contribuir como fator de inclusão social, acesso a cidade e possibilidade de se viver e morar de forma digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retratou-se no discorrer deste estudo, a política habitacional brasileira no qual inicia-se em meio ao processo de industrialização o que acarreta a necessidade de colocar em pauta política que viesse a colocar diante do estado, a necessidade de se pensar políticas voltadas a melhorar a agravante situação habitacional vivida pelo Brasil ao longo do século XX.

Foi observado a realidade da política habitacional em seus aspectos iniciais, desde a formulação de uma política habitacional brasileira que buscou alinhar a crescente urbanização das cidades e seu inchaço populacional versus as demandas da população que buscavam melhores condições de vida e de habitação.

Durante a pesquisa verificou-se que “no papel” há diversas propostas na área habitacional a fim de produzir números quantitativos de moradias e sanar o déficit habitacional, mas faltam políticas realmente eficientes para tratar a moradia não somente como um número quantitativo, mas como uma necessidade de morar, e que precisar ser efetivada e que contemple dignidade.

Outra demanda identificada diz respeito a qualidade de vida e qualidade das habitações no PMCMV considerada em seus mais amplos aspectos, que contempla não somente a casa em sua estrutura física, que deve ser contemplada em seu aspecto físico, mas também o seu entorno e a relação destes com o território em que está localizado. Por vezes o direito das população é assegurado, mas não em sua totalidade, há uma certa parcialidade na efetivação dos direitos, sociais, visto que é efetivado o direito à moradia, mas falta a eficácia do direito à saúde, a inexistência de transporte que causa uma “imobilidade urbana” o lazer nem se quer e citado quando se trata de moradia, o que nos leva a considerar que há uma fragmentação e limitação na efetivação dos direitos.

Outros aspectos denotados nesta pesquisa e que os conjuntos habitacionais, sobretudo os do Programa Minha Casa Minha Vida, são construídos em lugares bastante distante dos centros urbanos o que dificulta a mobilidade urbana e não dispõe de equipamentos básicos, ficando distante de escolas, postos de saúde, equipamento de assistência social dificultando a efetivação dos mínimos sociais. Vale salientar que diante do Programa Minha Casa Minha Vida há inúmeros pontos positivos como também negativos, os positivos contemplam uma boa e significativa provisão quantitativa de habitações, porém o que traz pontos negativos para o

programa é a desvinculação com o espaço, com o território, que aparenta priorizar espaços segregados em que a população mais pobre tende a residir em áreas mais afastadas e menos acessíveis aos grandes centros econômicos. Esses espaços segregados, além do mais, costumam apresentar uma baixa disponibilidade de infraestruturas, como pavimentação, saneamento básico, espaços de lazer, entre outros.

O referido estudo mostrou que há uma parcial efetivação de direitos, visto que as respostas obtidas retratam o contentamento da população em relação ao Imóvel como fruto de uma grande conquista, ou a realização de um sonho, porém há descontentamentos que se tornam pautas de reivindicações quando se questiona os conjunto dos direitos que deveriam ser assegurados em meio ao direito à moradia, tais como saúde e transporte que e efetivado parcialmente, e lazer e demais direitos que são totalmente negligenciados e restringidos.

O referido estudo sobre Ampliação X Restrição de direitos no PMCMV. Uma análise aplicada ao conjunto São Sebastião II em Juazeiro do Norte, trouxe profundas reflexões acerca do tema, concretizando-se assim como base para futuras pesquisas, que poderá contribuir na produção de conhecimentos acerca do temática, tendo em vista que o tema possui significativa relevância, e há poucos materiais que retratem as condições de habitabilidade e análises sobre direitos sociais diante da inserção da população em programas habitacionais, sobretudo o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rodolfo F. **Segregação Urbana**. Disponível em:

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/segregacao-urban>

AZEVEDO, Sérgio. **Desafios da Habitação Popular no Brasil**: políticas recentes e tendências, Coleção Habitar. São Paulo, 2002. Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit habitacional no Brasil, 2007.

AZEVEJO, S. & Andrade, L.A.G. **Habitação e poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A política habitacional no Brasil (1930-1990)**, periódico de divulgação científica da fals, ano 1 - nº 02- março de 2008.

BRASIL. **Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014, 120p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação Curso de capacitação: **trabalho social em programas de habitação de interesse social** / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – 2. ed. Brasília: MCidades /SNH; [Florianópolis]: NUTE/UFSC, 2014.

BRASIL. Leis, decretos etc. Decreto-lei n.º 9.777, de 6 de setembro de 1946. Lex: **Coletânea de Legislação**: legislação federal e marginália, S. Paulo, 10, pp. 753-6, 1946. Citações retiradas da p. 755.

CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital , 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações Déficit habitacional municipal no Brasil**. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2013.

GEPAD03 - **Trabalho Social Gerencia Nacional de Gestão Padronização e Normas Técnicas** - GEPAD Superintendência Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável - SUDES Brasília, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. 1954. Disponível em:

www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf

JUNQUEIRA, Kleyd. Curso a Distância, **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social Brasília**: 2010.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo - Editora: Paz e Terra, 1983.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A questão habitacional no Brasil**. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012017000100214

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MOURAO, A. R. T; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S e ELALI, G. A. (org), **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Rio de Janeiro. Vozes. 2011

PASCHOAL SMP. **Qualidade de vida no idoso**: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião. Mestrado em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública (SP): Universidade de São Paulo; 2001.

PERUZZO; DILVO. **Habitação e espoliação**. SÃO PAULO, Editora: Cortez, 1984. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/SaraRFQM.pdf>.

Publicação sobre **reflexões e debates do Seminário Internacional Trabalho Social em Intervenções Habitacionais**, realizado de 31 de agosto a 2 de setembro de 2010, no Hotel Gran Bittar – Brasília/DF.

RAQUEL R. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

ROLNIK, Raquel. **Programa Minha Casa Minha Vida precisa ser avaliado** - Nota Pública da Rede Cidade e Moradia, 2014. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/page/4/>>. Publicado em: 10 out. 2014. Acesso em: 08 de maio de 2019.

SAULE JUNIOR, Nelson; et al. **Regularização da Terra e Moradia**: o que é e como implementar, 2002.

SMOLKA, Martins. **Regularização e ocupação do solo urbano**. A solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução. IN ABRAMO, Pedro. A cidade da informalidade. O desafio das cidades latino americanas. Rio de Janeiro.

SOUSA, Taís P. B.; TEXEIRA, Maria Cristina V. **A Evolução da Ausência do Direito à Cidade**: uma análise sobre a produção habitacional de direito social, do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa Minha Vida. In: Anais do 3º CIHEL, São Paulo, p. 20-37.2015.

TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, Ministério das Cidades e Aliança das Cidades, 2010.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. In: **Caderno CRH**. Salvador, 2003.

VIGLIECCA, Héctor. "**A diferença entre o ocupar e o habitar**". ArchDaily Brasil. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/885845/a-diferenca-entre-o-ocupar-e-o-habitar> Acessado 1 Mai 2019.

ANEXOS

Anexo 1.

Pesquisa: Ampliação X restrição de direitos no PMCMV: Uma análise aplicada ao Conjunto Habitacional São Sebastião II em Juazeiro do Norte.

1. Você considera que sua vida melhorou após o recebimento da Unidade Habitacional?

- 2 Qual o motivo que o levou a se inscrever no programa Minha casa minha vida?

- 3 Qual sua condição de moradia antes de receber a unidade habitacional do PMCMV

() alugada () cedida () Coabitada

- 4 Qual sua Expectativa durante o processo de seleção das unidade habitacionais.

- 5 Qual sua opinião em relação a unidade habitacional? Está satisfeito?

- 6 Qual sua opinião sobre a comunidade em relação aos demais Moradores/beneficiários e a convivência coletiva no novo território

7 Qual sua opinião sobre o novo território (bairro) onde está a residir após recebimento das unidades habitacionais?

8 Como você considera a inserção da família nos equipamentos sociais locais?

9 Como você avalia a qualidade de vida após o recebimento da unidade habitacional? Você considera que houve melhorias?

10 Quais suas perspectivas em relação a comunidade e ao bairro? você possui planos para melhoria ou reforma da unidade habitacional? por quê?

Anexo 2.

APÊNDICE - TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

Esta pesquisa traz como temática Ampliação X Restrição de direitos no Programa Minha Casa Minha Vida, Uma análise aplicada ao conjunto São Sebastião II em Juazeiro do Norte, desenvolvido pelo (a) acadêmico (a) do Curso de Serviço Social **CICERA ATHAYNARA DOS SANTOS SILVA**. A pesquisa traz como Objetivo Geral realizar estudo sobre os a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida após o recebimento das unidades habitacionais e bem como uma breve análise acerca da efetivação ou restrição de direitos sociais após a inserção no programa habitacional.

A participação na pesquisa deverá ser realizada de forma voluntária e caberá ao senhor/senhora decidir se irá participar da pesquisa, respondendo às perguntas que será realizada durante a entrevista semiestruturada. A coleta de dados ocorrerá através de entrevista com perguntas semiestruturada, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

O acadêmico estará à disposição para responder a qualquer dúvida, prestando total esclarecimento que for necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador.

Diante disso, eu:

_____,
 declaro estar devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e dou meu consentimento para participar da mesma, autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados obtidos.

Juazeiro do Norte – CE, _____ de _____ de 2019.

 Assinatura do participante

CICERA ATHAYNARA DOS SANTOS